PLANO DE INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO 2025-2027

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

Julho de 2026

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU

Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A Ed. Multibrasil, Brasília/DF - CEP: 70.070-050
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO

Secretária-Executiva

RONALD DA SILVA BALBE

Secretário Federal de Controle Interno

FERNANDA ALVARES DA ROCHA

Corregedora-Geral da União

VALDIRENE PAES DE MEDEIROS

Ouvidora-Geral da União

MARCELO PONTES VIANNA

Secretário de Integridade Privada

PATRICIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA

Secretária de Integridade Pública

LIVIA OLIVEIRA SOBOTA

Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação

Copyright © 2026 Controladoria-Geral da União

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessada integralmente em sua versão digital.

Sumário

1 - Contexto 1

2 - Análise quantitativa das ações por situação, prazo e eixo temático 2

3 – Situação das Ações da CGU com Vigência em 2026..... 4

4 – Proposta de Inclusão de Nova Ação..... 6

5 - Conclusão..... 7

Anexo I – Ações Previstas para 2026 com status "não iniciadas" 8

Anexo II – Ações Previstas para 2026 com Status "Em Execução" e Respectivos Percentuais de Execução..... 10

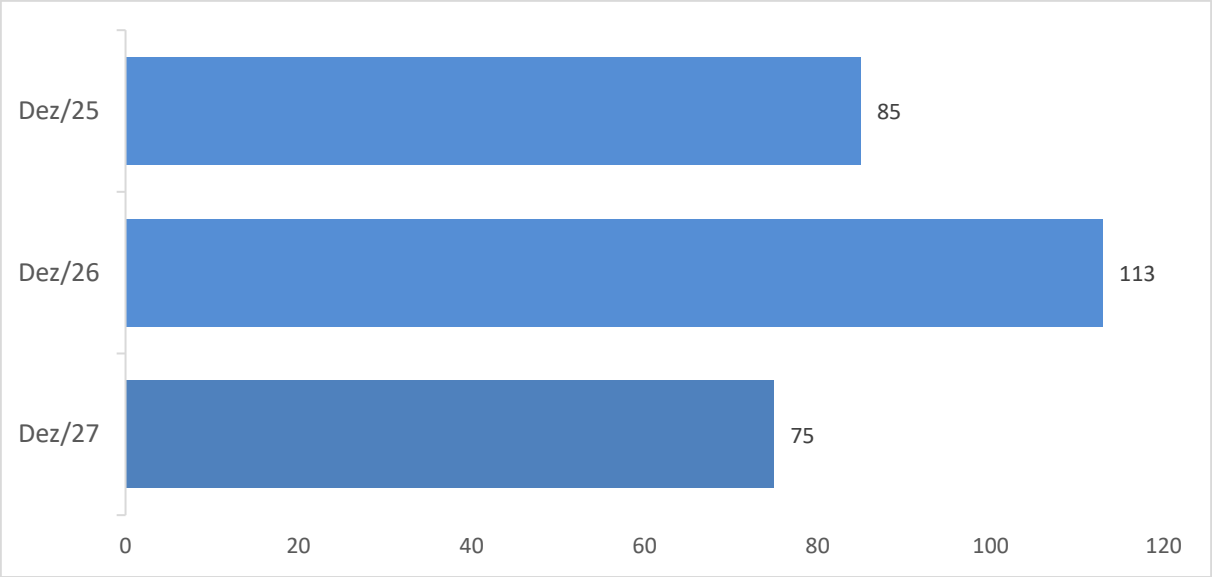
Anexo III – Ações Concluídas 27

1 - Contexto

Este relatório apresenta um panorama do acompanhamento das ações relacionadas ao **Plano Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 (PICC)**.

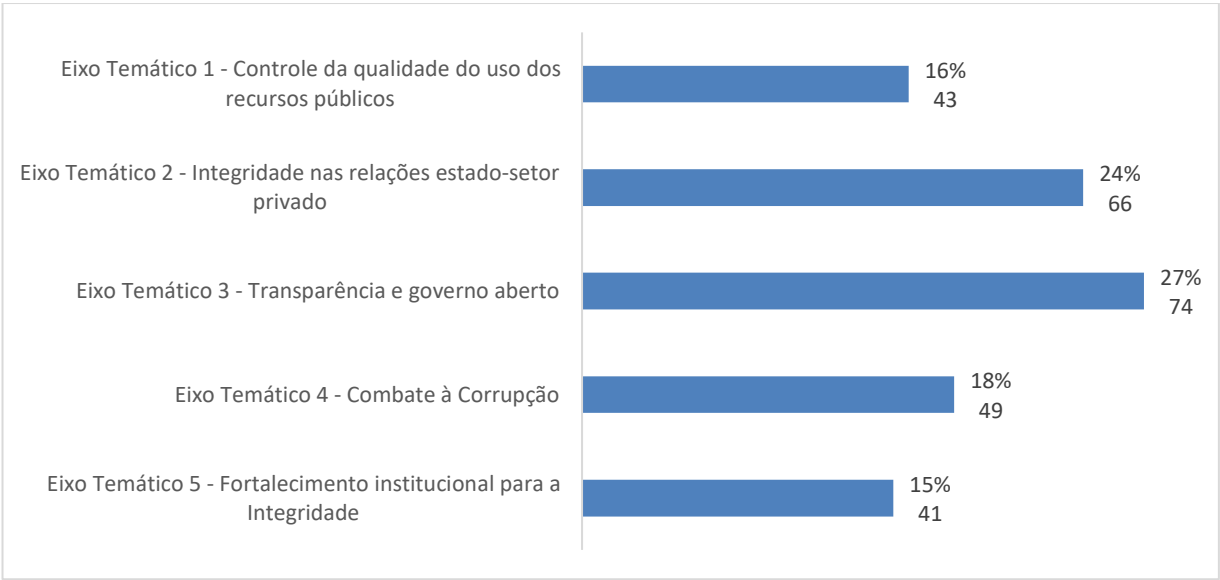
O PICC integra os esforços de consolidação institucional e de aprimoramento das políticas de integridade e combate à corrupção do Governo Federal. Reunindo **273 ações** propostas por **55 órgãos** e entidades, o Plano busca enfrentar desafios concretos da administração pública federal para fortalecer a integridade, prevenir e combater a corrupção. As ações do plano estão divididas temporalmente da seguinte forma:

Figura 1 - **Ações por prazo previsto de conclusão**



Em termos de direcionamento, as ações do Plano estão distribuídas em eixos, conforme listrado abaixo:

Figura 2 - **Ações por eixo do Plano**



O acompanhamento do Plano é realizado pelo sistema e-CGU. As atualizações das ações são inseridas pelos Assessores Especiais de Controle Interno (AECI) nos Ministérios e pelas áreas designadas de autarquias e fundações que participam do Plano.

Para garantir o efetivo acompanhamento da sociedade, todas as ações do Plano são consolidadas no painel de monitoramento do Plano, o que é atualizado diariamente.

Os dados apresentados neste relatório foram extraídos em 1º de julho de 2026.

O relatório está estruturado no detalhamento das seguintes informações:

Visão geral das ações do PICC; Análise das ações por situação, prazo e eixo temático; Situação Geral das Ações da CGU com Vigência em 2026; Visão geral das propostas de novas ações; Anexo I com a relação das ações previstas para 2026 e não iniciadas; Anexo II com a relação das ações previstas para 2026 com Status Em Execução e % de execução; e Anexo III com a relação das ações já concluídas.

2 - Análise quantitativa das ações por situação, prazo e eixo temático

Em uma visão geral, independentemente do prazo das ações, observa-se que 38% das ações previstas já foram concluídas, 51% delas já foram iniciadas, 3% das ações foram canceladas e 7% das ações ainda irão iniciar.

Figura 3 - Ações por situação em 1/7/2026

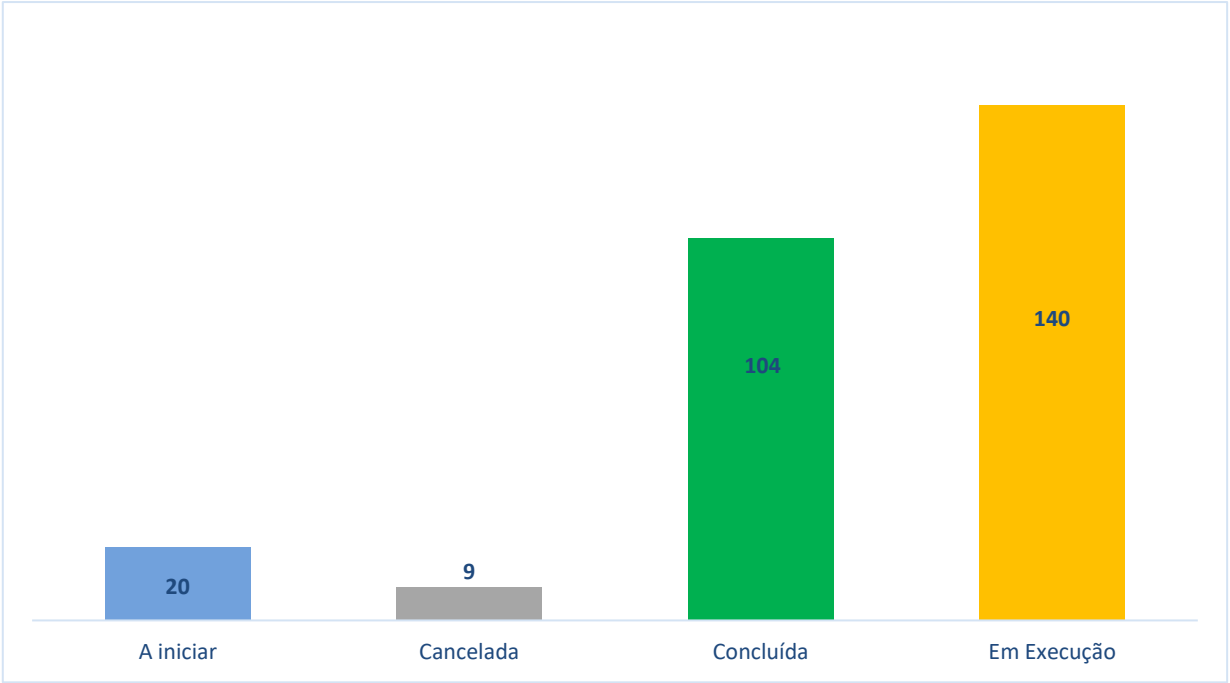


Figura 4 - Ações previstas para 2026 por situação em 1/7/2026

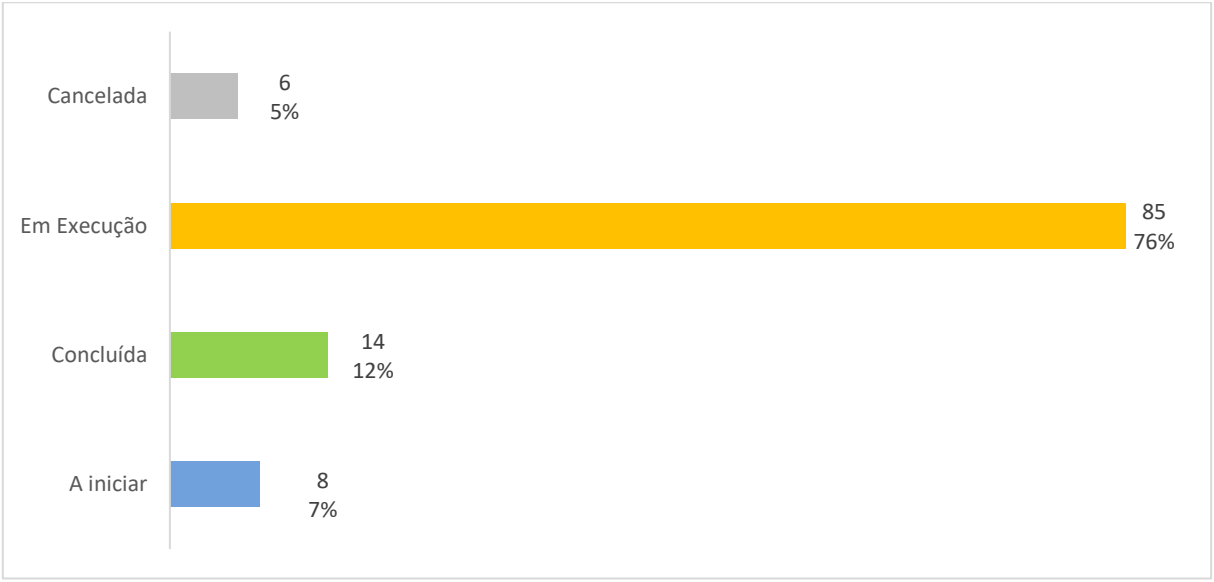
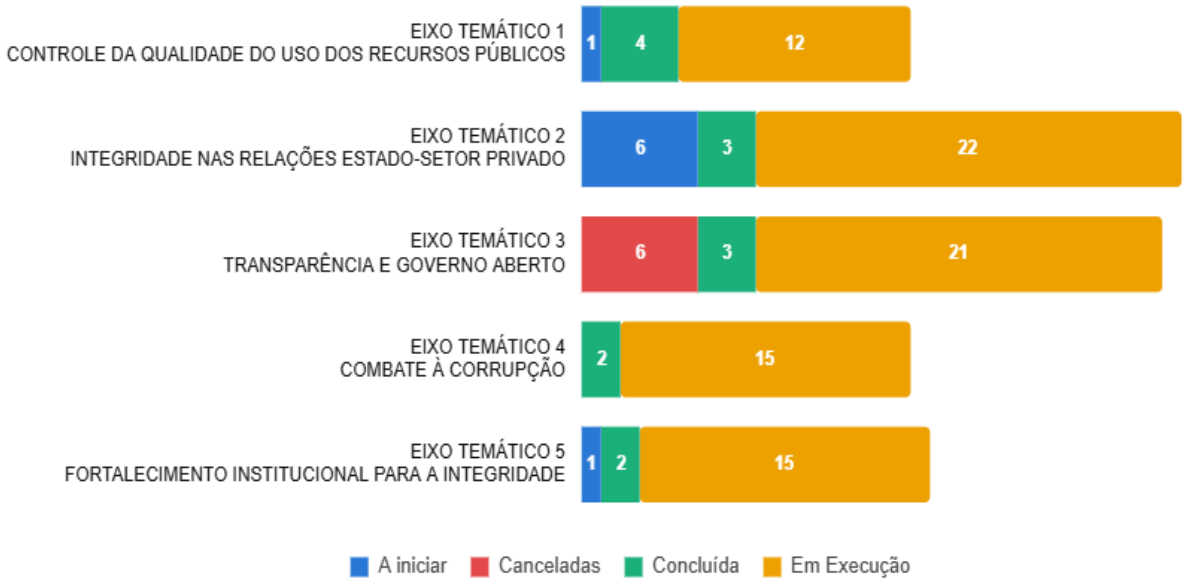


Figura 5 - Ações previstas para 2026 por eixo temático e situação em 1/7/2026



O cenário demonstra a necessidade de maior atenção às ações relacionadas ao eixo 2, uma vez que concentram a maior parte das iniciativas ainda não iniciadas.

3 – Situação das Ações da CGU com Vigência em 2026

Das 28 ações de responsabilidade da Controladoria-Geral da União (CGU) inicialmente previstas para o ano de 2026, a situação atual é a seguinte:

- **Ações canceladas:** 4 ações (14% do total)
- **Ações concluídas:** 4 ações (14% do total)
- **Ações em execução:** 20 ações (72% do total)

A tabela a seguir detalha as ações da CGU previstas para entrega em 2026, incluindo o status de cada ação e o percentual de execução correspondente, exceto ações canceladas. São destacados em **vermelho** os pontos de atenção.

ID	Unidade	Título	Estado	% Execução	Data prevista para Término
1792663	SFC/CGU	Aproximar a atuação da CGU junto aos municípios, gestores locais e cidadãos. (CGU PRESENTE)	Concluída	100%	04/12/2025
1792889	DPIS/CGU	Plano Setorial de Enfrentamento aos Assédios e à Discriminação.	Concluída	100%	20/03/2026
1792745	SIP/CGU	Aperfeiçoamento da política de transparência de agendas de compromissos públicos.	Concluída	100%	30/03/2026
1792832	SFC/CGU	Atuação integrada para responsabilização de empresas e agentes (Efetividade).	Concluída	100%	31/12/2026
1868240	SIP/CGU	Revisão do Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP).	Em Execução	90 - 100%	30/04/2026
1792778	SNAI/CGU	Publicação de Guia de Transparência Ativa para as Estatais.	Em Execução	80 – 90%	31/12/2026
1792876	GABSE/SE/CGU	Fortalecimento institucional da Controladoria-Geral da União como órgão permanente de Estado.	Em Execução	80 - 90%	31/12/2026
1792916	SIP/CGU	Política de Prevenção ao Conflito de Interesses.	Em Execução	80 - 90%	31/12/2026
1792859	SFC/CGU	Escola de Operações.	Em Execução	70 – 80%	31/12/2026
1792799	SNAI/CGU	Promoção de acesso à informação com responsabilidade sobre informações pessoais.	Em Execução	70 – 80%	31/12/2026
1792800	SNAI/CGU	LAI para Todos.	Em Execução	70 – 80%	31/12/2026
1792829	CRG/CGU	Projeto VESPA - metodologia de apuração de enriquecimento ilícito por agentes públicos.	Em Execução	70 – 80%	31/12/2026
1792830	OGU/CGU	Fortalecimento da proteção à pessoa denunciante.	Em Execução	70 - 80%	31/12/2026

ID	Unidade	Título	Estado	% Execução	Data prevista para Término
1867806	SIP/CGU	Disponibilização da Ferramenta de Monitoramento Ativo de Riscos à Integridade – MARI.	Em Execução	60 – 70%	01/11/2026
1792736	SIPRI/CGU	Regulamentação e fomento à implantação dos programas de integridade previstos na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n° 14.133/2021).	Em Execução	60 – 70%	_
1792797	SNAI/CGU	Aprimoramento normativo da LAI.	Em Execução	60 – 70%	31/12/2026
1867785	SIP/CGU	Implementação da Rede Nacional de Integridade Pública.	Em Execução	60 - 70%	31/07/2026
1792875	OGU/CGU	Ampliação de ações de difusão federativa voltadas à atuação das ouvidorias.	Em Execução	60 – 70%	31/12/2026
1792794	SNAI/CGU	Desenvolvimento de ações de orientação e capacitação sobre transparência e proteção de dados pessoais.	Em Execução	50 – 60%	31/12/2026
1792814	SNAI/CGU	Estratégia de Governo Aberto.	Em Execução	50 – 60%	31/12/2026
1792872	OGU/CGU	Estudo para Reestruturação e Fortalecimento do Conselho de Usuários conforme a Lei Nº 13.460/2017.	Em Execução	50 – 60%	31/12/2026
1792746	SIP/CGU	Transparência de Agendas Públicas dos Dirigentes de Estatais.	Em Execução	**20 - 30%**	31/12/2026
1792737	SIPRI/CGU	Promoção de integridade junto aos tomadores de créditos de bancos públicos.	Em Execução	**10 – 20%**	31/12/2026
1792857	SIPRI/CGU	Aprimoramento da Lei Anticorrupção.	Em Execução	**10 – 20%**	31/12/2026

4 – Proposta de Inclusão de Nova Ação

Segue abaixo a nova ação proposta pelo Ministério do Transportes – MTR (01 Ação) e Agência de Transportes Aquaviários – ANTAQ (02 Ações) para compor o Plano de Integridade e Combate à Corrupção – 2025-2027 a ser pauta de deliberação na próxima reunião do Comitê de Governança Interna – CGI.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	PRAZO ORIGINAL
2005404	MTR	Fomento à integridade empresarial nas relações do setor de transportes com o setor privado	Apoiar e divulgar, em articulação com a CGU, iniciativas e boas práticas de integridade empresarial reconhecidas institucionalmente.	GABSIPRI/SIPRI/CGU COPAR/SIPRI/CGU	Dez/2026

5 - Conclusão

O PICC 2025-2027 apresenta avanço consistente, do total, 38% das ações já foram concluídas, 51% estão em execução e 7% das ações irão iniciar, 3% foram canceladas indicando tração na maior parte do portfólio.

Como pontos positivos, 104 ações foram concluídas no período, com destaque para a CGU (22), MTRANSP (6), SG/PR (6), MTE (5), MDHC (4), MGI (4), MTUR (4), MEC (3), CEP (3), MS (3), MIDR (3), MPO (3), MFAZ (3), ANP (2), MINC (2), MDIC (2), BACEN (2), ANAC (2), ANATEL (2), ANTAQ (1) e MJSP (1), entre outros, evidenciando entregas relevantes e oportunidades de difusão de boas práticas.

Em relação ao exercício de 2026, o eixo 2 concentra a maior parcela de ações ainda não iniciadas, sinalizando a necessidade de maior atenção e direcionamento de esforços gerenciais para assegurar a execução tempestiva das iniciativas planejadas.

Além disso, 7 novas ações foram incluídas ao Plano, sendo 5 ações do Ministério da Previdência Social – MPS e 2 ações do Ministério dos Transportes - MTR, bem como de alterações de prazo e escopo de iniciativas já previstas. A inclusão de uma nova ação do MTR encontra-se em fase de análise técnica. Esse processo deverá ser acompanhado de forma contínua, com vistas a mitigar possíveis impactos no alcance dos resultados esperados do PICC.

Anexo I – Ações Previstas para 2026 com status "não iniciadas"

A seguir está a relação completa de ações com prazo final de vigência em Dezembro/2026 e que ainda não foram iniciadas.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792713	ANAC	Gestão integrada da fiscalização.	Dez/26	Implementar nova ferramenta de fiscalização para aprimorar, padronizar e otimizar as atividades de fiscalização da ANAC de modo a melhorar a efetividade dos controles dos processos e das ações decorrentes das fiscalizações. Com essa iniciativa, a ANAC busca promover a qualidade das informações geradas relativas aos processos de fiscalização e facilitar o acompanhamento do atendimento às medidas corretivas apontadas.
1792743	ANAC	Melhoria na implementação do e-Agendas na ANAC.	Dez/26	Ampliar o rol de autoridades da Anac que publicam suas agendas no e-agendas, quando identificada a necessidade, com base numa análise de riscos à integridade.
1792913	MPI	Regularização cartorial de terras indígenas com aprimoramento do processo de registro.	Dez/26	Promover a articulação interinstitucional entre o MPI, FUNAI e Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e apoio da CGU, com vistas ao estabelecimento de ação coordenada para enfrentamento do problema. Vislumbram-se os seguintes produtos: (a) Proposta de aprimoramento normativo com alterações do Provimento CNJ n.º 70, de 12 de junho de 2018, e outras disposições, visando clarear entendimentos e padronizar os requisitos necessários ao registro cartorial das terras indígenas; (b) mapeamento de processos de averbação de terras indígenas que estejam represados (longo período de espera) a ser compartilhado com o CNJ, visando favorecer os mecanismos de cobrança da regularização das situações mapeadas junto aos cartórios, e (c) gerar protocolo de orientação às equipes da FUNAI responsáveis pelos registros, de modo a facilitar a articulação com os cartórios de registro de imóveis. A meta é regularizar 90% das situações mapeadas até o término do prazo final da ação.
1976169	MPS	Cruzamento periódico de bases para identificação de acumulação indevida ou incompatibilidade entre RPPS e BPC/LOAS.	Dez/26	Implementar rotina periódica de cruzamento de dados para verificação de vínculos entre filiados a RPPS, ativos e inativos, e beneficiários do BPC/LOAS, com vistas à identificação de situações de potencial acumulação indevida ou incompatibilidade de benefícios.
1976175	MPS	Instituição de protocolo de interação entre agentes públicos do MPS e o setor privado.	Dez/26	Elaborar e instituir Protocolo de Interação entre agentes públicos do MPS e o setor privado por meio de Guia orientativo.
1976179	MPS	Instituição de instrumento de prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação.	Dez/26	Instituir instrumento voltado à prevenção aos assédios e discriminação voltados a um protocolo de atendimento e escuta qualificada no âmbito do MPS.
2005410	MTR	Apoio à gestão de riscos de integridade nos processos de contratação do Ministério dos Transportes.	Dez/26	Prestar apoio à gestão de riscos, incluindo os de integridade, com a identificação, avaliação e tratamento nos processos de contratação do Ministério dos Transportes.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
2005412	MTR	Sensibilização e capacitação sobre riscos à integridade nas contratações do Ministério dos Transportes.	Dez/26	Promover ações de sensibilização e capacitação sobre riscos à integridade nos processos de contratação do Ministério dos Transportes.

.

Anexo II – Ações Previstas para 2026 com Status "Em Execução" e Respectivos Percentuais de Execução

A seguir está a relação completa de ações com prazo final de vigência em Dezembro/2026 com o Status em Execução e % de execução.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
1792690	AGU	Acompanhamento Estratégico do novo PAC.	Promover o tratamento estratégico e integrado das medidas e ações relacionadas ao Novo PAC, conforme a Portaria Normati va AGU nº108/2023, por meio da atuação prioritária da AGU em todas as esferas, incluindo a criação de um grupo permanente de interlocução entre o Comitê Estratégico do Novo PAC e os Advogados da União e Procuradores Federais, monitoramento especial perante os Tribunais Superiorese atuação das Procuradorias Regionais Federais nos juízos de primeiro e segundo graus. A estratégia abrange também a elaboração de planos de assessoramento jurídico, a antecipação de riscos, a atuação diferenciada no TCU e a implementação de ferramentas como o banco de teses e precedentes, garantindo eficiência e celeridade na defesa judicial e consultiva dos empreendimentos do programa.	70 – 80%
1792730	ANA	Código de Conduta Ética para Fornecedores.	Elaborar um Código de Conduta Ética para Fornecedores, com orientações e procedimentos para mitigar riscos de corrupção e conflito de interesses e outras não conformidade. Ação deverá conter medidas de comunicação e divulgação do Código.	90 – 100%
1792897	ANA	Programas de Integridade em Entidades Reguladoras Infranacionais (ERIs) e titulares de serviço de saneamento básico.	Fomentar a implementação de Programas de Integridade pelas Entidades Reguladoras Infranacionais (ERI´s) e titulares de serviços de saneamento básico a partir da Norma de Referência nº04/2024, no formato de encontros para difusão de conhecimento e fomento de modelos e boas práticas para enfrentamento dos riscos de integridade no setor de saneamento básico.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792701	ANEEL	Gestão de outorgas mais eficiente mitigando eventuais riscos à integridade.	Possíveis riscos de integridade em especial devido ao grande número de pedidos sazonais que criam filas de análise. Existem critérios objetivos e diretrizes de priorização, porém os prazos de análise podem ficar prejudicados devido a aumento de solicitações em determinados momentos decorrentes de incentivos legais.	60 – 70%
1792744	ANEEL	Consolidação de normas e regras para contratação de terceirizados e estagiários, explicitando os critérios de integridade.	Consolidação de normas e regras claras para contratação de terceirizados, estagiários em relação a impedimentos existentes.	40 – 50%

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
1792702	ANM	Padronização dos instrumentos técnicos internos utilizados para fiscalizações.	.a) Desenvolver procedimento operacional padrão para a área de fiscalização; b) Atualizar o Manual da atividade de fiscalização de barragens de mineração.	40 – 50%
1792794	ANPD/CGU	Desenvolvimento de ações de orientação e capacitação sobre transparência e proteção de dados pessoais.	Desenvolver ações de orientação e capacitação sobre transparência e proteção de dados pessoais, envolvendo: i) a publicação e lançamento de guia orientativo, elaborado pela CGU e pela ANPD, para esclarecimentos quanto ao tema Transparência e Proteção de Dados Pessoais; ii) elaboração e disponibilização de capacitação para servidores públicos responsáveis pela aplicação da LAI sobre o tema Transparência e Proteção de Dados Pessoais.	50 – 60%
1792854	ANTT	Desenvolvimento de Recursos Técnicos da Unidade Correcional e Desenvolvimento de Recursos Humanos da ANTT para Atividade Correcional, com foco na ampliação da equipe efetivamente lotada na Unidade Correcional.	Subsidiar a instrução e a análise de procedimentos investigativos e acusatórios por meio do uso de recursos de Tecnologia da Informação, tais como o uso de Inteligência Artificial, acesso a sistemas e banco de dados (Macros/Infoseg) e tratamento de provas, evidências digitais (tarjamento automatizado de documentos SEI, proteção de imagens e áudio), assim como capacitação e reciclagem contínua dos servidores da ANTT para atuação e efetiva colaboração em procedimentos correcionais; em conjunto com a ampliação do efetivo de servidores na Corregedoria.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792775	ANVISA	Incremento da Transparência Ativa na Anvisa.	Incrementar a transparência ativa na Anvisa mediante três propostas específicas, cujos objetivos são: (1) sobre os Pareceres Públicos de Avaliação de Medicamentos, pretende-se aumentar de 23% para 100% a publicação dos PPAM de registros de produtos biológicos, radiofármacos e produtos de terapia avançada deferidos e indeferidos entre 01/01/2021 e 31/12/2024, como medida de transparência ativa da Agência e para seu reconhecimento como Autoridade Sanitária de Referência Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS); (2) a respeito de inspirações para verificação de Boas Práticas de Fabricação, objetiva-se a apresentação sistematizada dos seguintes dados: procedimentos harmonizados para instalação de BPF; lista de inspetores; número, data e resultado de inspeções; e (3) quanto ao processo de avaliação de novos alimentos e novos ingredientes, pretende-se divulgar a versão pública dos pareceres de avaliação de segurança, por meio de procedimento padrão que assegure a publicidade de informações não sigilosas.	60 – 70%
1792887	CEP	Revisão Normativa da Ética Pública	Analisar e propor revisões da base normativa sobre ética pública.	40 – 50%

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
1792736	CGU	Regulamentação e fomento à implantação dos programas de integridade previstos na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n° 14.133/2021).	1. Edição de regulamento (Decreto e Portaria); 2. Edição de guia orientativo; 3. Costumização do SAMPI; 4. Disponibilização do SAMPI para Estados e Municípios.	60 – 70%
1792737	CGU	Promoção de integridade junto aos tomadores de créditos de bancos públicos.	Edição de recomendação para as agências financeiras oficiais de fomento levarem em consideração critérios de integridade quando da análise de perfil de seus tomadores de crédito. A recomendação tratará integridade no aspecto amplo, indicando os mecanismos existentes para evitar a ocorrência de atos de corrupção, bem como outros que afetam questões socioambientais e de direitos humanos.	10 – 20%
1792746	CGU	Transparência de Agendas Públicas dos Dirigentes de Estatais.	Fomentar o uso do e-agendas do Poder Executivo Federal pelas Estatais.	20 – 30%
1792778	CGU	Publicação de Guia de Transparência Ativa para as Estatais.	Dispor de forma consolidada e específica as diversas obrigações de Transparência Ativa a que os diversos tipos de estatais estão submetidas.	80 – 90%
1792797	CGU	Aprimoramento normativo da LAI.	Apresentar proposta de aprimoramento normativo para robustecer a Lei de Acesso à Informação e seu Decreto, incluindo: (i) supressão da previsão de sigilo de 100 anos; (ii) limitação das possibilidades de abuso em relação à alegação de sigilo com base em informações pessoais; e (iii) obrigatoriedade de tarjamento para informações pessoais, garantindo-se ao interessado acesso à parte não restrita do documento.	60 – 70%
1792799	CGU	Promoção de acesso à informação com responsabilidade sobre informações pessoais.	Publicar enunciados e material de orientação para órgãos e entidades quanto ao procedimento de avaliação de interesse público em resposta a pedidos e recursos de acesso à informação.	70 – 80%
1792800	CGU	LAI para Todos.	Implementar conjunto de ações voltadas para órgãos, entidades e cidadãos, nas áreas de promoção e sensibilização, orientação e capacitação, monitoramento, consolidação de entendimentos e soluções tecnológicas com inteligência artificial. Neste plano, são destacadas especificamente as seguintes ações: i. QualiLAI: projeto de avaliação qualitativa de respostas a amostra de pedidos e recursos de acesso à informação, para a administração direta, para melhorar o serviço de prestação de informações ao cidadão. ii. Inteligência Artificial no Módulo LAI do Fala.BR: apoio aos órgãos e entidades para resposta a pedidos e recursos da LAI iii. Novo Painel da LAI: voltado para melhorar a disponibilização dos dados e contemplar um maior número de informações relevantes para o controle social. iv. Uniformização de Entendimentos da CGU: voltado para o compartilhamento de precedentes e decisões em recursos de terceira instância da LAI.	70 – 80%

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
1792814	CGU	Estratégia de Governo Aberto.	Elaborar a primeira Estratégia de Governo Aberto do Governo Federal, a fim de fortalecer a transparência, a participação, a colaboração entre-governo e a sociedade, o espaço cívico e a responsividade do governo. A estratégia compreenderá diretrizes para os órgãos da Administração, além de um conjunto de iniciativas que promoverão um governo mais aberto, por meio de um plano a ser construído a partir de um diagnóstico das dimensões de instituições e normas, sistemas e mecanismos, capacitação e conhecimento, monitoramento e avaliação, além do efetivo funcionamento dos pilares de governo aberto.	50 – 60%
1792829	CGU	Projeto VESPA - metodologia de apuração de enriquecimento ilícito por agentes públicos.	Padronizar a atuação da corregedoria na avaliação de indícios de enriquecimento ilícito a partir da base de dados do e-Patri, aumentando a efetividade e eficiência das Sindicâncias Patrimoniais.	70 – 80%
1792857	CGU	Aprimoramento da Lei Anticorrupção.	Propor alterações da Lei Anticorrupção para incluir novos tipos de atos lesivos, prever a aplicação de sanções a pessoas físicas, ampliar o rol de sanções administrativas, fortalecer os poderes de investigação, aprimorar a estrutura de incentivos e estabelecer regras de compensação entre sanções aplicáveis com base em diferentes normas pelas mesmas condutas.	10 – 20%
1792859	CGU	Escola de Operações.	Implantar programa permanente de capacitação, treinamento e roteirização de fluxos no âmbito da Diretoria de Investigação e Operações Especiais.	70 – 80%
1792872	CGU	Estudo para Reestruturação e Fortalecimento do Conselho de Usuários conforme a Lei Nº 13.460/2017.	Realizar um estudo detalhado para definir a estrutura ideal de funcionamento do Conselho de Usuários, buscando formas eficazes de engajamento e participação ativa dos conselheiros em diversos temas de interesse público.	40 – 50%
1792916	CGU	Política de Prevenção ao Conflito de Interesses.	Aprimorar o arcabouço normativo e otimizar os fluxos e competências entre os órgãos gestores para efetivo cumprimento da Política de Conflito de Interesse.	80 – 90%
1867785	CGU	Implementação da Rede Nacional de Integridade Pública.	Criar e implementar a Rede Nacional de Integridade Pública, que congregará todos os órgãos e entidades da Administração Pública federal, autárquica e fundacional, para que as unidades setoriais de integridade possam compartilhar dúvidas e boas práticas, com o objetivo de fortalecer a maturidade em integridade pública.	60 – 70%
1867806	CGU	Disponibilização da Ferramenta de Monitoramento Ativo de Riscos à Integridade – MARI.	Desenvolver ferramenta a ser disponibilizada para gestores federais para subsidiar a identificação de riscos à integridade.	60 – 70%
1868240	CGU	Revisão do Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP).	Revisar o MMIP, para que ele atinja os objetivos de aumentar a maturidade em integridade, com mais clareza nas solicitações de KPA, sem onerar tanto os órgãos e entidades.	90 – 100%

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
1792830	CGU	Fortalecimento da proteção à pessoa denunciante	1. Ampliar em 50% o número de Ouvidorias do SisOuv que utilizam o Módulo de Triagem e Tratamento da Plataforma Fala.BR, que garante a proteção ao denunciante no tratamento de denúncias; 2. Promover capacitações sobre proteção ao denunciante direcionadas ao SisOuv; 3. Realizar capacitação sobre tratamento de manifestações de ouvidoria na Plataforma Fala.Br, incluindo a utilização do módulo de triagem e tratamento.	70 – 80%
1792875	CGU	Ampliação de ações de difusão federativa voltadas à atuação das ouvidorias.	1. Recadastrar os membros da RENOUV; 2. Atualizar a Portaria de Adesão à RENOUV e ao Fala.BR; 3. Revisar e atualizar as ações de capacitação do PROFOCO; 4. Publicar o Caderno Técnico.	60 – 70%
1792876	CGU	Fortalecimento institucional da Controladoria-Geral da União como órgão permanente de Estado	Realizar estudos sobre mecanismos institucionais ou normativos para fortalecer a Controladoria-Geral da União como órgão permanente de Estado à frente das funções associadas ao controle interno, com detalhamento das atividades atinentes às macrofunções geridas pelo órgão, especificação de condições e requisitos para ocupação de cargos e outros aspectos necessários para fortalecer sua atuação.	80 – 90%
1792738	MAPA	Programa Agroíntegro- Promoção da integridade no agronegócio.	Fomentar, junto a empresas, cooperativas e associações atuantes no agronegócio, a adoção de mecanismos robustos de integridade e governança, como comitês de ética e canais de denúncia seguros para prevenir e combater irregularidades; gestão de riscos, a autorregulamentação do setor, com a criação de códigos de conduta e boas práticas específicas para o agronegócio; e a articulação entre os diferentes atores, servindo como plataforma de diálogo e articulação entre empresas, governo, sociedade civil e academia, reunindo esforços e experiências para o fomento da integridade no setor. O Programa Agroíntegro une duas iniciativas já existentes e consolidadas no mercado: o Selo Mais Integridade e o Cadastro Agroíntegro.	100%
1792877	MCID	Capacitação de agentes para boas práticas na aplicação de recursos públicos.	Capacitar os agentes públicos das três esferas de governo em temas relacionados à integridade, boas práticas na aplicação de recursos públicos, prestação de contas etc. Para tanto, o Ministério conta com o Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Capacidades, criado em 2007 com a finalidade de fornecer instrumentos de gestão, de planejamento e de capacitação de agentes públicos e sociais para as políticas urbanas, e que foi relançado em novembro de 2023 em parceria com a Escola Virtual de Governo - EV.G/ENAP para a oferta de cursos de Ensino à Distância - EAD. Propõe-se, portanto, a promoção, pelo Capacidades,	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
			de ações de capacitação, nos temas mencionados, por intermédio de (i) trilha de aprendizagem com cursos já existentes disponibilizada na plataforma EV.G; (ii) elaboração de novos cursos, caso necessário; e (iii) realização de eventos presenciais de capacitação junto aos entes subnacionais, a serem implementados a partir de 2025.	
1792748	MCOM	Plano de fiscalização baseado em riscos de integridade nas outorgas de rádio e TV.	Elaborar Plano de Fiscalização para identificar eventuais riscos de violações quanto a restrições legais e normativas para a prestação de serviços de radiodifusão, relacionadas ao quadro societário e diretivo das radiodifusoras e adotar medidas de mitigação.	**60 – 70%**
1792781	MCTI	Transparência e dados abertos em Ciência, Tecnologia e Inovação.	Ampliar a transparência de dados, processos e resultados do MCTI, incluindo as seguintes iniciativas: (i) Promover a abertura de novos conjuntos de dados de políticas de ciência, tecnologia e inovação (ii) Publicar painéis interativos com dados de investimentos do CNPq; (iii) Realizar hackaton com dados abertos de política de CTI com a finalidade de apoiar a tomada de decisões táticas e/ou estratégicas.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792782	MCTI	Portal da transparência e dados abertos da AEB.	Criar um Portal da Transparência e Dados Abertos da AEB, permitindo que as informações do Setor Espacial sejam fornecidas de forma simples e objetiva para todos os servidores da AEB, stakeholders e cidadãos interessados na área espacial. O portal incluirá o Painel de Dados de Acompanhamento da Execução Orçamentária da AEB, informações de gestão da Agência, projetos, bem como outras informações relacionadas à AEB, fundamentais para garantir a confiança e o acompanhamento das atividades espaciais pelo público. Além disso, serão incorporadas melhores práticas de governança de dados para melhorar a qualidade, acessibilidade e transparência dos dados públicos, promovendo uma maior utilização e confiança por parte dos cidadãos.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792682	MDA	Revisar regulamentos e aprimorar mecanismos de controle relacionados ao Programa Garantia-Safra.	Revisar as situações que fundamentam o bloqueio cautelar à concessão do benefício e implementação, no novo sistema de gerenciamento do Garantia-Safra, de rotinas automatizadas destinadas à verificação dos requisitos legais para o recebimento do benefício. Tais rotinas serão operacionalizadas a partir da integração do Sistema com outras bases de dados do Governo Federal.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792675	MDHC	Aprimorar o Programa de Equipagem por meio da instituição do EquipaDH+.	Desenvolver Módulo específico para Monitoramento no novo Sistema EquipaDH (equipadh.mdh.gov.br). O novo Sistema terá um módulo que possibilite monitorar a utilização dos equipamentos para os fins pretendidos pela política, com a previsão de preenchimento de questionários e a apresentação de	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
			relatórios de acompanhamento com periodicidade semestral, com registros fotográficos que comprovem a condição.	
1792783	MDHC	Transparência dos atos dos órgãos e mecanismos internacionais de direitos humanos.	Divulgar, semestralmente, documentos em relação ao Estado brasileiro: - as sentenças prolatadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e dos ; - os Relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA; - relatórios nacionais apresentados pelo Brasil aos órgãos internacionais; e - recomendações para o Estado brasileiro emitidas pelos órgãos e mecanismos internacionais de direitos humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792693	MDIC	Promoção de mecanismos de transparência e de controle para prevenir irregularidades na Suframa.	Fortalecer a integridade de fluxos e processos da Suframa por meio de ações que incluem: - Elaborar matriz de risco à integridade com foco na mitigação dos riscos em transferências voluntárias de recursos da União; - Adotar mecanismos eficazes em se verificar que os investimentos previstos sejam realizados na região da AMOC/AP e que as condições de atendimento aos requisitos são cumpridas durante a vigência dos benefícios fiscais; - Aprimorar manuais de análise e demais procedimentos como modelos de prestações de contas, incluindo melhorias das informações exigidas dos relatórios demonstrativos elaborados pelas empresas; - Aprimorar a especificação de informações necessárias dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs) de modo a esclarecer a aderência de investimentos em FIPs com despesas elegíveis como contrapartida aos benefícios fiscais; e - Melhoria na fiscalização e controle de pagamentos de contratos de manutenção predial.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792740	MDIC	Marco Brasileiro da Infraestrutura Sustentável.	Uniformizar critérios, padronizar procedimentos e criar normas internas alinhadas às melhores práticas internacionais de avaliação dos projetos, inclusive com a utilização de critérios de sustentabilidade. Consolidar uma carteira de investimentos nacionais e realizar um piloto com subnacional.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792741	MDIC	Programa Selo Verde Brasil.	Elaborar diretrizes nacionais para a normalização e a certificação de produtos e de serviços que comprovadamente atendam a requisitos de sustentabilidade pré-definidos e entrega de certificações para produtos e serviços no intuito de: aumentar a qualidade e a competitividade de produtos e de serviços brasileiros; estimular o consumo de produtos sustentáveis, de forma a colaborar para a consolidação de um mercado sustentável no País; fortalecer o uso dos critérios Ambiental, Social e de Governança - ASG e da economia circular; estimular o crescimento da economia verde;	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
			contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a redução das emissões de gases de efeito estufa; proporcionar instrumento de informação acurada e verificável que comprove o atendimento de requisitos de sustentabilidade pré-definidos; e contribuir para o fortalecimento do processo de compras públicas sustentáveis no País.	
1792762	MDS	Portal de Transparência de Benefícios e Transferências do MDS.	Publicar o Portal de Transparência de Benefícios e Transferências do MDS, que visa aperfeiçoar o monitoramento quantitativo e qualitativo dessas informações em transparência ativa, sem prejuízo dos formatos e estruturas já estabelecidos em regulamento.	20 – 30%
1792821	MDS	Fortalecimento das ouvidorias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	Promover a criação da rede de ouvidorias da assistência social por meio da adesão das unidades de ouvidorias da assistência social da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal à Renouv e a utilização preferencial do Fala.BR. Criar uma rede temática no âmbito do Renouv , envolvendo o tema Desenvolvimento e Assistência Social.	50 – 60%
1792836	MDS	Fluxo de Tratamento de Denúncias: Garantindo a Integridade dos Programas Bolsa Família e CadÚnico.	Definir e padronizar fluxos internos e integrados do MDS para tratamento de indícios de irregularidades e de fraudes no Cadastro Único e no Bolsa Família, buscando tornar mais céleres os processos de identificação e mitigação de riscos, contribuindo para dar maior efetividade e otimizar ações de monitoramento e medidas sancionatórias pertinentes.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792721	MESP	Mecanismos de controle e acompanhamento de parcerias do Ministério do Esporte.	Definir procedimentos relacionados à formalização, execução e prestação de contas de instrumentos de parcerias (termos de fomento e de colaboração), termos de execução descentralizada e convênios, incluindo: (i) análise crítica e com critérios claros quanto à capacidade técnica e operacional da Organização da Sociedade Civil (OSC); (ii) realização de pesquisa de preços de forma ampla e com itens de especificações compatíveis com os itens constantes nos orçamentos propostos; (iii) exigência de detalhamento das etapas de execução com metas específicas; e (iv) adoção de critérios consistentes para escolha do público-alvo objeto dos instrumentos de parcerias, por meio da adoção dos critérios estabelecidos nos programas desenvolvidos no âmbito do Ministério do Esporte. Para subsidiar o acompanhamento das parcerias, definir método para seleção de amostra, com base em análise de riscos, planejar e realizar fiscalizações tempestivas e regulares nos instrumentos de parceria.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
1792892	MFAZ	Combater o assédio sexual e a outras condutas de conotação sexual.	Implementar o Projeto Proteger/Integritas, por meio da promoção de palestras nas unidades da RFB na temática do combate ao assédio sexual e a outras condutas de conotação sexual.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792694	MFAZ	Ampliação da divulgação de Benefícios Fiscais no Portal Brasileiro de Dados Abertos (PBDA).	Finalizar o mapeamento da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) para identificar a totalidade dos benefícios fiscais declarados nessas escriturações fiscais passíveis de divulgação e desenvolver ferramenta automatizada para extração e publicação dos dados.	90 – 100%
1792749	MFAZ	Dados Abertos - Conflito de Interesses.	Publicar no sítio da RFB na internet as ementas dos pareceres e notas técnicas emitidos sobre os protocolos apresentados, no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI), pelos agentes públicos em exercício na RFB.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792786	MFAZ	Definição de política de transparência na RFB.	Estabelecer, por meio de ato normativo interno a Política de Transparência Ativa da RFB, com a finalidade de assegurar o cumprimento do disposto na legislação e nos normativos que versam sobre o acesso à informação, além das boas práticas de transparência	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792806	MFAZ	Aprimoramento do módulo de consultas públicas do Sistema de Gestão de Apostas.	Promover melhorias no módulo de consultas públicas do SIGAP (https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas/sistema-de-gestao-de-apostas-sigap), para disponibilização de novos dados, melhoria de filtros e de experiência de usuário. Disponibilizar novos dados (marcas, data de autorização, domínio e canal de atendimento) em consultas públicas, promover melhorias na página, para tornar a interface mais acessível, e disponibilizar os dados em formato de dados abertos.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792891	MFAZ	Divulgação interna do novo Código de Conduta da RFB.	Desenvolver campanha de divulgação do novo Código de Conduta da RFB, sensibilizando todo o corpo funcional.	80 – 90%
1920938	MFAZ	Desenvolvimento e evolução do módulo de consultas gerenciais do Sistema de Gestão de Apostas.	Recepcionar, tratar e analisar dados encaminhados por operadores de apostas de quota fixa em conformidade com o modelo de dados da página do SIGAP (https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas/sistema-de-gestao-de-apostas-sigap), para fins de monitoramento e fiscalização dos agentes de mercado, bem como para aprimoramento da regulação. Desenvolver e implementar o módulo de consultas gerenciais do SIGAP, com dashboards para monitoramento do mercado de apostas.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
1792766	MGI	Melhoria da qualidade dos dados sobre as etapas do processo de contratação pública, disponíveis em transparência ativa.	Promover evolução nos sistemas Compras.gov.br, Contratos.gov.br e PNCP para criar identificador único, aperfeiçoar a forma de preenchimento dos dados de licitações, visando a padronização de entrada quando possível.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792851	MGI	Plataforma de identificação civil baseada na nova Carteira de Identidade Nacional – CIN.	Implementar plataforma nacional com acesso seguro, atualizável e íntegro aos dados biométricos e biográficos da pessoa natural, baseada em novo processo de identificação do cidadão brasileiro por meio da Carteira de Identidade Nacional (CIN), em duas versões: um serviço web e uma API para integração de todos os cadastros administrativos.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792879	MGI	Orientação e acompanhamento para a implantação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) junto aos órgãos do SISP.	Orientar e acompanhar a implantação de controles e medidas pelos órgãos do SISP, contidas no framework de privacidade e segurança da informação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), com apoio de um conjunto de projetos e processos de adequação distribuídos em áreas temáticas de Governança, Maturidade, Metodologia, Pessoas e Tecnologia, com base nos valores da maturidade, da resiliência, da efetividade, da colaboração e da inteligência.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792684	MIDR	Aprimoramento do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) - Versão 4.0.	Implementar nova versão do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) em interoperabilidade com o Transferegov.br, com o georreferenciamento das obras executadas e em execução.	60 – 70%
1792906	MIDR	Fortalecimento dos mecanismos de transparência e integridade na Codevasf.	1.1. Instituir critérios robustos e transparentes para a seleção dos beneficiários das ações de doação de máquinas e equipamentos, integrando o atendimento de requisitos técnicos e legais, à evidenciação da real necessidade do bem pelo beneficiário, assim como a sua capacidade de utilização. 1.2. Desenvolver e implementar metodologia para o monitoramento e a avaliação dos resultados das doações de máquinas e equipamentos promovidas, com o emprego de critérios e indicadores bem definidos e normatizados, que possibilite verificar a contribuição das ações para o alcance dos objetivos da Estatal, especialmente quanto à redução das desigualdades regionais; 1.3. Estabelecer procedimento interno para aquisições que garanta verificação da existência de atas com objetos semelhantes na Companhia ou em outros órgãos, a fim de sempre buscar as melhores condições para o erário e evitar sobreposição de objetos com preços distintos; 1.4. Revisar o normativo sobre Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços, para alinhar os procedimentos de pesquisa e definição de preços adotados pela empresa às boas práticas utilizadas na administração	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
			pública;1.5. Implementar controles automatizados de forma a mitigar o risco de ocorrência de falhas de padronização de procedimentos e objetos, e de ausência de informações essenciais para o acompanhamento das licitações e dos contratos, garantindo a devida transparência nas atividades desempenhadas pela Companhia. 1.6. Implementar procedimentos de acompanhamento da execução das obras de pavimentação e da aquisição/entrega dos equipamentos, com indicadores e metas de desempenho que permitam o efetivo controle do avanço das ações contratadas e consequentemente possibilitem a avaliação de impacto dos resultados alcançados; 1.7. Assegurar a qualidade dos pavimentos entregues, por meio da adoção e implementação de um plano para realizar, periodicamente, durante a vigência quinquenal da garantia da obra, inventários para identificar as patologias nos pavimentos, demandando, sempre que necessário, eventuais correções às construtoras, de forma tempestiva.1.8. Incorporar no "Manual de Acompanhamento de Serviços de Pavimentação" dispositivos que disciplinem o controle e a conferência da documentação apresentada pelas empresas em relação à qualidade dos materiais e aos serviços executados, a fim de evitar a utilização de dados manifestadamente inconsistentes ou incompatíveis com o serviço, prevendo, ainda, a possibilidade de sanções no caso de seu descumprimento;1.9. Estabelecer processo de revisão das medições realizadas e capacitação dos fiscais de contratos de obras de pavimentação;1.10. Estabelecer normativo interno orientando os fiscais de obras da Companhia a exigir das contratadas a realização de ensaios de controle tecnológico previstos nas normas técnicas, observando a quantidade e frequência mínima exigida, e determinando que os resultados destes ensaios sejam incluídos nos respectivos processos de medição de forma a evidenciar a qualidade dos serviços executados;1.11. Revisar a Política de Divulgação de Informações da Companhia para refletir, em sua página de internet, a disponibilização de dados em formatos passíveis de leitura por máquina e da possibilidade de extração de diferentes tipos de relatório por meio de consultas personalizadas acerca das doações promovidas pela empresa;1.12 Elaborar a Cartilha de Boas Práticas de Gestão e Fiscalização Contratual; 1.13 Elaborar o Código de ética do Fornecedor; e 1.14 Implementar cláusulas anticorrupção na formalização de contratos e convênios.	

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
			Observa-se que a implementação de cláusulas anticorrupção está prevista na Política de Combate a Fraude e Corrupção, bem como no Plano de Integridade da Codevasf (iniciativa nº 271).	
1792677	MIN MULHERES	Ferramenta tecnológica para monitoramento, controle e avaliação dos projetos finalísticos do Ministério das Mulheres.	Criar uma ferramenta tecnológica que contribua para a gestão dos processos nas áreas finalísticas, tendo em vista o monitoramento, controle e avaliação dos processos.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792896	MIN MULHERES	Núcleo para promoção de ações de integridade e prevenção à violência/discriminação na administração pública.	Propor a criação de núcleo interno nas Secretarias do Ministério das Mulheres para a promoção de ações de prevenção a violências e discriminações, bem como a promoção de ações de integridade no ambiente de trabalho. A criação do Núcleo não implicará qualquer aumento de custos.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792787	MINC	Ampliação da transparência sobre bens de natureza material acautelados pelo Iphan.	Dar transparência e conhecimento ao público em geral sobre bens tombados como patrimônio cultural brasileiro e em processo de tombamento, bem como sobre os bens ferroviários brasileiros.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792893	MIR	Formação de Lideranças Negras para Promoção da Igualdade na Administração Pública Federal.	Promover o desenvolvimento de competências de liderança para a igualdade como uma dimensão essencial da integridade pública e construir redes de servidores altamente capacitados para promover a igualdade como valor central na gestão e nas relações no setor público.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792894	MIR	Plano de Comunicação Antirracista e Combate à Desinformação sobre Políticas de Igualdade Racial na Administração Pública Federal.	Implementar estratégias e orientações na administração pública federal para combater o racismo, promover a igualdade racial na comunicação e enfrentar a desinformação, incluindo a diversidade racial em publicidade e patrocínios, formação técnica em relações étnico-raciais, diálogo com a sociedade civil e com os meios de comunicação para combater o racismo, promover direitos nos serviços digitais de comunicação e fortalecer mídias voltadas para a pauta da igualdade racial.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792895	MIR	Conscientização Antirracista para Prevenção e Enfretamento ao Assédio e à Discriminação na Administração Pública Federal.	Desenvolver ações de formação e capacitação para promoção de um comportamento livre de discriminação e de racismo no setor público e condicionamento do ambiente laboral a incorporar os valores da equidade, empatia e do respeito à diversidade, sob a ótica da integridade pública.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792852	MJSP	Política Nacional de Recuperação de Ativos.	Discutir e aprovar a Política Nacional de Recuperação de Ativos, que trará medidas para desarticular financeiramente organizações criminosas, reconhecendo a importância da descapitalização para o combate ao crime.	30 – 40%
1792915	MJSP	Desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de informação para uma gestão integrada e eficiente de bens apreendidos.	Realizar o aprimoramento de sistemas do Ministério de modo a implementar funcionalidades necessárias à gestão eficiente dos bens apreendidos, de forma integrada com outros sistemas: a)Possibilitar ao ministério obter diretamente, e de forma automática, as decisões judiciais de perdimento de bens	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
			em favor da União, ou as decisões de venda antecipada afetas aos mesmos bens; Eliminar a necessidade de leitura, interpretação e extração de dados em milhares de processos judiciais recebidos mensalmente (Integração SIGAP e PDPJ-Br); b)Obter uma nova matrícula para o veículo arrematado, de modo a regularizar o bem, tempestivamente, ao arrematante comprador; Verificar quais e quantos bens tiveram transferência patrimonial em nome dos arrematantes compradores, a partir do fornecimento dos dados dos arrematantes pelos leiloeiros, após integração com o módulo leiloeiro (Integração SIGAP e WS-LEILÃO); c)Fornecer informações com relação aos arrematantes compradores (Módulo Leiloeiro); d)Permitir a elaboração da prestação de contas com base em documentos modelos; Permitir o controle de prazos contratuais e operacionais; Mensurar a eficiência dos leiloeiros; Emitir mensagens automáticas aos leiloeiros (Módulo de Prestação de Contas); e)Permitir o cadastro de ativos apreendidos pelas polícias judiciárias e PRF, de modo que a SENAD tenha conhecimento da localização do bem apreendido, dado essencial à venda, e do número do processo CNJ associado ao bem, como forma de permitir cruzamento entre decisões judiciais emitidas no processo CNJ e o bem existente no pátio policial (Módulo Policial ou Check in); f)Realizar leilões públicos pela própria Administração Pública (Interface SEL – Sistema Eletrônico de Leilões com o SIGAP); g) Disponibilizar a data de transferência dos veículos, de modo a verificar a transferência patrimonial do ativo ao arrematante comprador (Adequação Datalake à base ampliada do RENAVAM); e h) Agilizar o processo de avaliação e venda de bens já pertencentes à União, tais como de veículos com base em Tabela FIPE, de modo a tornar o processo de leilão mais célere e efetivo (Utilização da tabela FIPE como base de precificação)."	
1792706	MMA	Integridade e segurança nos processos de regularização fundiária.	Implementar o sistema de informações gerenciais (ex: adaptação do SICARF) que permita a integração com outros sistemas e aprimoramento de procedimentos relativos à gestão processual de regularização fundiária, especialmente no que tange à priorização dos processos administrativos, conforme os critérios elencados no Plano de Regularização Fundiária-ICMBio.	50 – 60%

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
1792707	MMA	Robustecimento da capacidade de notificação de lançamento, de constituição do crédito tributário e de cobrança administrativa pelo Ibama.	Aprimorar os procedimentos para notificação de lançamento da TCFA e cobrança do crédito tributário constituído, com identificação dos riscos e fragilidades que comprometam a integridade e eficiência do processo tributário do Ibama.	80 – 90%
1792708	MMA	Avaliação de riscos de integridade no processo nos processos de fiscalização e controle ambientais.	Identificar, nos processos de fiscalização e controle ambiental conduzidos pelo IBAMA, possíveis riscos existentes de favorecimento indevido a interessados, para direcionar gestão de riscos.	100%
1792722	MMA	Aprimorar a fiscalização e promover mecanismos de transparência e de Gestão nos contratos de concessão de unidades de conservação.	Planejar e implementar um conjunto de ações, contemplando, pelo menos: 1.1. Aprimorar padrões e procedimentos para a atividade de fiscalização da execução dos contratos de concessão de parques e florestas nacionais, por exemplo, contemplando capacitação dos servidores e a realização dos trabalhos tendo por referência modelos de Plano Operacional de Fiscalização do Contrato, o Relatório Anual de Fiscalização e o Relatório Anual de Gestão do Contrato; 1.2. Construir e apresentar sistemática de monitoramento e avaliação do alcance dos objetivos e metas pactuados em cada contrato de concessão que passam a uma das bases para o planejamento e escopo da realização da fiscalização; e 1.3. Apresentar e implementar plano de ação, com prazos e responsáveis, para operacionalizar ações de accountability dos contratos, como meio de estabelecer uma melhor relação entre a gestão pública e a sociedade, desenvolvendo mecanismos de prestação de contas, transparência e responsabilização.	40 – 50%
1792842	MMA	Aprimoramento do Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização - SICAFI	Identificar fragilidades do Sicafi em relação à inserção ou exclusão de dados e, com base nisso, propor ações preventivas junto aos usuários do sistema e/ou implementação de etapa adicional de controle de acesso para inserção ou exclusão de dados.	10 – 20%
1792709	MME	Regulamentar a análise processual e aumentar os níveis de transparência nos processos de concessão de outorga de títulos minerários. Adequar o Sistema de Informação da Mineração - SIM, após implementado, ao novo regulamento proposto.	Regulamentar a priorização de análise processual e aumentar os níveis de transparência nos processos de concessão de outorga de títulos minerários. Adequar o Sistema de Informação da Mineração - SIM, com dados gerais das tramitações processuais.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792710	MME	Criação de procedimentos para interação com os agentes do setor privado.	Elaborar Guia Interno de Interação com Agentes Setoriais, delineando diretrizes, princípios, objetivos e procedimentos a serem observados nas interações de agentes públicos do Ministério com agentes setoriais.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792687	MPA	Aperfeiçoamento no reconhecimento do pescador artesanal por meio do RGP, a	Aprimorar sistemas de informações do MPA, bem como articular-se com órgãos importantes em qualificar as informações do setor de pesca, como Ibama e o INSS,	50 – 60%

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
		fim de prevenir fraudes no seguro-defeso.	dentre outros. De forma mais específica serão ações executadas: 1.1. Universalização do instrumento para realização do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), com o uso do sistema PesqBrasil (ação já em andamento). 1.2. Sistema de verificação e referendo de quem pode pescar em determinada região. O trabalho será de fomentar a criação de outros fóruns, bem como avaliar e atualizar os fóruns existentes; 1.3. Revisão dos períodos de defesos, através do fomento de pesquisas para subsídios nas discussões com o setor pesqueiro, ajustando estes períodos de forma regionalizada e assertiva. 1.4. Com base em avaliações internas e de órgãos de controle, aprimorar os mecanismos de coleta e de validação dos registros nos sistemas próprios de modo a superar deficiências e robustecer o combate a fraudes.	
1792768	MPO	Aperfeiçoar a transparência da execução do orçamento federal por meio da divulgação de relatórios de execução orçamentária e físico financeira das Agendas Transversais e Multissetoriais.	Divulgar relatórios de execução orçamentária e físico financeira para cada uma das Agendas Transversais e Multissetoriais.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792771	MPO	Transparência Ativa de informações consolidadas sobre Políticas Públicas.	Aperfeiçoar continuamente as bases de dados de políticas públicas com atualizações semestrais para garantir transparência e acessibilidade da população às informações sobre a existência e o histórico de Políticas Públicas Federais.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792844	MPO	Plano de Ação para Combate à Corrupção, Fraude e Suborno.	Identificar processos da cadeia de valor do IBGE mais suscetíveis aos riscos de fraude e corrupção. Avaliar e implementar alertas como medidas para monitoramento de eventuais movimentos que possam representar a efetiva ocorrência de irregularidade.	100%
1792670	MPS	Rotinas para o tratamento de situações de indícios de fraudes e de pagamento indevido de benefícios.	Elaborar e implementar rotinas voltadas ao tratamento de situações indicativas de fraudes e de irregularidades em benefícios pagos na folha de pagamentos do INSS, de forma a dar efetividade às ações de monitoramento operacional de benefícios (MOB), que permitam tratar esses indícios de forma resolutiva.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792671	MPS	Fluxos e fiscalização para consigação de descontos associativos em folha de pagamento de benefícios.	Elaborar e implementar procedimentos operacionais que possibilitem o adequado acompanhamento, pelo INSS, da implementação de descontos associativos em folha de pagamento, considerando as modificações normativas ocorridas em março/2024.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792845	MPS	Detecção e apuração de indícios de irregularidade de benefícios operacionalizados pelo INSS.	A ação se resume a duas etapas distintas com o objetivo de aperfeiçoar os processos de monitoramento de detecção e apuração de indícios de irregularidade de benefícios operacionalizados pelo INSS, que são: a) Realizar o mapeamento das	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
			atividades e fluxos de trabalho, visando implementar a melhoria contínua dos processos; e b) Criação de indicadores para ter uma melhor visão do desempenho de cada processo.	
1792865	MRE	Criação de fluxo de tratamento para denúncias que fogem ao escopo de atuação da Corregedoria do Serviço Exterior.	Estabelecer fluxo que dê conta das particularidades das denúncias que envolvam, a princípio, contratados locais dos Postos brasileiros no exterior. Caso não se trate de problema puramente administrativo e caso não se identifiquem indícios de participação de servidores públicos, tais denúncias passarão a ser encaminhadas à Coordenação-Geral de Integridade, Inspeção, Transparência e Acesso à Informação (ISEX), para que adote procedimentos de apuração preliminares e tempestivas, com vistas à apuração da materialidade das denúncias. O resultado da apuração realizada pela ISEX levará a: (a) encaminhamento da denúncia à Corregedoria do Serviço Exterior, caso haja indícios de envolvimento de integrantes do Serviço Exterior Brasileiro; e (b) encaminhamento da denúncia à chefia do posto e/ou às áreas competentes do Itamaraty para providências cabíveis, caso se constate o indício de envolvimento dos contratados locais, respeitados os ritos da legislação local sob a qual se encontram os contratados acusados. O MRE pretende contar com o apoio da CGU na capacitação inicial de servidores encarregados de sua aplicação.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792802	MRE	Programa de Transparência Ativa de informações desclassificadas no MRE.	Estabelecer fluxo de seleção de expedientes desclassificados para divulgação, em sua integralidade ou de forma editada, com base na sua relevância para a política exterior brasileira e no interesse público, no âmbito dos exercícios tanto de revisão quadrienal dos expedientes secretos e ultrassecretos quanto de tratamento dos expedientes desclassificados anualmente.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792847	MRE	Ampliação de conhecimentos sobre a temática de suborno transnacional pelos postos diplomáticos no exterior.	Realizar seminário, em formato híbrido, em parceria com OCDE, UNODC e órgãos do governo brasileiro (CGU, MJSP, PF e AGU), tendo como público-alvo os alunos do Instituto Rio Branco, chefes e funcionários de Setores Comerciais de Embaixadas, adidos agrícolas, adidos civis e adidos policiais. No evento, será apresentada a Convenção Antissuborno da OCDE, os resultados do último processo de avaliação do Brasil no WGB e a legislação brasileira sobre o tema, assim como boas práticas trazidas pela OCDE sobre a identificação de casos de suborno por outros serviços exteriores.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792790	MS	Implantar o projeto da Federalização dos dados da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) nas unidades da Federação.	Promover o acesso aos dados brutos constantes da RNDS aos gestores públicos das unidades federativas para fins de melhoria nos processos de tomada de	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	% DE EXECUÇÃO
			decisão por meio do projeto da Federalização.	
1792680	SECOM	Atualização dos normativos relativos às licitações de serviços de comunicação social e publicidade na internet.	Atualização dos normativos relativos às licitações de serviços de comunicação social e publicidade na internet.	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**
1792824	SG	Promoção da Participação Social por Meios Digitais.	Executar processos participativos diretos da Secretaria Geral da Presidência da República: anualmente pretendemos hospedar pelo menos 3 projetos participativos estratégicos (Brasil Participativo). Apoiar processos participativos de órgãos e entidades do Governo Federal: 25 consultas públicas mensais (Plataformas Participa + e Brasil Participativo).	70 – 80%
1792866	SUSEP	Normatização do Fluxo da LAC na Susep.	Regulamentar o fluxo interno a ser seguido no âmbito da SUSEP nas hipóteses de identificação de irregularidades passíveis de responsabilização administrativa de pessoas jurídicas com fundamento na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção - LAC). Realizar ações de orientação e capacitação dos servidores sobre os principais aspectos relacionados à LAC e ao Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).	**Sem informação sobre o % de execução da ação.**

Anexo III – Ações Concluídas

A seguir está a relação completa de ações que foram concluídas nos primeiros 16 meses de execução do Plano.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792853	AGU	Projeto de criação de Coordenação Nacional de Direito Sancionador Negocial.	Dez/25	Criar equipe especializada para que possa centralizar as negociações de acordos vinculados ao Direito Sancionador em que a União seja parte. A ação não implica aumento de custos.
1792742	ANA	ANA Íntegra para Entidades Delegatárias e Comitês de Bacias Hidrográficas.	Dez/25	Realizar ação coletiva com base nos riscos de integridade da Agência, para que os delegatários também evoluam na promoção da integridade, tal como inclusão de responsabilidades e obrigações específicas relacionadas ao compromisso com o Programa de Integridade da ANA para a pactuação de contratos de gestão.
1792714	ANAC	Pesquisa de Jurisprudência da Diretoria Colegiada da ANAC.	Dez/25	Disponibilizar uma solução, aberta ao público, de pesquisa jurisprudencial, nos moldes das plataformas do Poder Judiciário, que disponibilize as ementas das deliberações da Diretoria Colegiada.
1792672	ANAC	Aprimoramento das contratações da ANAC.	Dez/25	Aprimorar o relatório de contratações, entregue à Diretoria da Anac, com informações referentes à análise de riscos. Além disso, pretende-se melhorar os indicadores em contratações, a partir das recomendações da CGU.
1792898	ANATEL	Fortalecimento do Programa de Integridade da Anatel.	Dez/25	Estruturação e sistematização de um programa institucional de integridade, por meio de planos de ação periódicos (bienais).
1792870	ANATEL	Projeto Governança 4.0 ESG.	Dez/27	Elevar a Transparência, Governança e Comunicação com os Públicos Externos por meio de Projeto Estratégico Institucional, visando o ao aprimoramento da percepção pública do órgão e ao fortalecimento das boas práticas de governança e gestão pública, incluindo ações voltadas à sustentabilidade socioambiental.
1792691	ANCINE	Malha-Fina Ancine.	Dez/25	Desenvolvimento, em parceria com a CGU, de sistema de análise automatizada (modelo preditivo) de processos de prestação de contas, com a utilização de parâmetros e indicadores de riscos.
1792871	ANM	Fortalecimento da cultura de integridade e cultura ética.	Dez/26	Realizar ações diversas de capacitação: a) instrumento sobre boas práticas e conduta ética publicado; b) realizar 2 capacitações sobre temas relacionados à integridade pública.
1792731	ANS	Revisão do Plano de Integridade da ANS.	Dez/25	Revisão do Plano de Integridade da ANS com a identificação de novos riscos de integridade e inclusão da pauta ESG.
1792716	ANP	Aprimoramento do processo decisório visando maior transparência e subsídio ao controle social.	Dez/25	Concluir a elaboração e implementar novo normativo referente ao processo decisório e apresentar proposta de revisão das disposições do Decreto nº 2.455/1998, visando a evitar o predomínio do entendimento de um único diretor sobre as matérias afetas ao conjunto de áreas a ele vinculadas e ao exercício pleno da autonomia administrativa da Agência.
1792899	ANP	Aprimoramento do programa de integridade da ANP.	Dez/25	Aperfeiçoar e fortalecer o programa de integridade da ANP, por meio i) da revisão da Metodologia de Gestão de Riscos (MGR) e a ampliação de sua aplicação para um maior número de fluxos e processos; ii) da formulação do Plano de Gestão de Riscos 2025/2026; iii) do monitoramento das recomendações do Relatório de Avaliação de Governança Organizacional e Gestão Interna; e iv) do monitoramento da avaliação do nível de maturidade das ações de integridade e das práticas de gestão.
1792774	ANTAQ	Manual de classificação de documentos e processos no âmbito da ANTAQ.	Dez/25	Coordenar ações dos setores da ANTAQ para auxiliar o corpo técnico a identificar os elementos que caracterizam as hipóteses legais de restrição, uniformizar as ações de restrição, fomentar a cultura de transparência e realizar ações de endomarketing.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792776	BACEN	Realização da Pesquisa de Transparência 2025.	Dez/25	Mapear as possibilidades de ampliação da transparência institucional, por diferentes atividades do BCB, bem como a evolução recente da percepção social da transparência institucional, selecionando e priorizando dados e informações de acordo com o respectivo interesse público.
1792777	BACEN	Revisão Periódica da Política de Transparência.	Dez/25	Realizar revisão da Política de Transparência institucional do BCB. A política de transparência institucional do BCB, em vigor desde 1.12.2020, por meio da Resolução BCB No 37, de 4 de novembro de 2020, vem sendo fielmente cumprida e prevê, desde então, além de seus objetivos, princípios, diretrizes e responsabilidades, uma avaliação acerca de possíveis ajustes a serem incorporados a cada quatro anos, sendo ela conduzida no âmbito do Comitê de Integridade do BCB, mediante consultas internas no período de dezembro/24 a julho/25.
1792884	CEP	Maturidade para a Gestão da Ética Pública.	Dez/25	Estabelecer modelo de maturidade para aprimoramento da gestão da ética da administração pública federal.
1792885	CEP	Plataformas e Boas Práticas para Comissões Setoriais de Ética.	Dez/25	Implementar ferramentas e disseminar boas práticas e conteúdos para aprimorar e fortalecer as comissões setoriais de ética.
1792886	CEP	Capacitação para Fortalecimento da Ética e Eficiência Interna.	Dez/25	Implementar programas de capacitação para fortalecimento da ética e melhoria dos processos internos das comissões setoriais.
1792662	CGU	Novo modelo informatizado para prestação de contas na área da educação - Malha Fina 2.0.	Dez/25	Desenvolver sistema informatizado com modelo preditivo para gestão de riscos na análise de contas relacionados a recursos na área da educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para os seguintes programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
1792735	CGU	Metodologia de avaliação de programas de integridade das empresas estatais + Pró-Ética.	Dez/25	Metodologia de avaliação de programas de integridade das empresas estatais + Pró-Ética.
1792780	CGU	Aprimorar a composição e a governança do CGINDA com aumento da participação da sociedade civil.	Dez/25	Propor ações de retomada dos trabalhos do CGINDA com aumento da participação da sociedade civil na composição do Comitê Gestor.
1792798	CGU	Solução tecnológica para compatibilizar o acesso à informação e a proteção aos dados pessoais.	Dez/25	Implementar funcionalidade para tarjamento automático de informações pessoais no Fala.BR, para tratamento de pedidos de informação e manifestações de ouvidoria.
1792849	CGU	Índice de Desenvolvimento e Execução Correcional – IDECOR.	Dez/25	Implantar o Índice de Desenvolvimento e Execução Correcional - IDECOR em transparência ativa, com a finalidade de possibilitar o controle social sobre as estruturas correcionais existentes nos órgãos do Poder Executivo Federal e uma maior eficiência das atividades correcionais desempenhadas
1792855	CGU	Atualização das normas disciplinares dos servidores públicos federais.	Dez/25	Apresentar proposta de atualização das normas disciplinares dos servidores públicos civis da União.
1792856	CGU	Assistente Virtual no Sistema EPAD - Projeto EVA.	Dez/25	Disponibilizar assistente Virtual do EPAD - EVA para auxiliar as comissões na condução de procedimentos e processos correcionais por meio de orientações procedimentais, técnicas, operacionais e jurídicas constantes do Banco Atualizado de Soluções e Entendimentos (BASE).
1792867	CGU	Metodologias de quantificação da vantagem ilícita obtida com atos de corrupção.	Dez/25	Definir metodologia de cálculo para identificação e quantificação da vantagem indevida auferida por pessoas jurídicas em atos ilícitos cometidos contra a Administração Pública, notadamente aqueles previstos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção- LAC), promovendo a previsibilidade e uniformidade na sua aplicação.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1867756	CGU	Reestruturação e implementação do Programa Time Brasil, destinado a entes subnacionais.	Dez/25	Reestruturar o programa Time Brasil para que ele possa oferecer aos entes subnacionais ferramentas, capacitações e orientações para fortalecer a integridade pública nos entes subnacionais.
1868243	CGU	Publicação do Referencial da Gestão da Integridade.	Dez/25	Elaborar e aprovar Referencial Técnico da Gestão da Integridade.
1792663	CGU	Aproximar a atuação da CGU junto aos municípios, gestores locais e cidadãos (CGU PRESENTE).	Dez/26	Promover avaliações colaborativas e in loco de programas federais em execução nos municípios brasileiros, com foco nos cidadãos, gestores e conselheiros das instâncias de controle social, com vistas ao aprimoramento da efetividade das políticas públicas bem como ações de fortalecimento das capacidades locais.
1792827	CGU	Ferramenta automatizada para verificação das Licitações, Contratos e Editais – Robô Alice para estados e municípios.	Dez/25	Disponibilizar funcionalidade do Robô Alice (Analisador de Licitações, Contratos e Editais), adaptado e entregue para utilização dos entes federados (estados e municípios), de forma a contribuir com a análise contínua dos artefatos produzidos na licitação e possibilitar a identificação de inconsistências e fraudes em compras públicas.
1867801	CGU	Disseminação de conteúdos relevantes para fortalecimento da integridade institucional.	Dez/25	Coordenação das publicações institucionais: Revista da CGU (3 edições) e Cadernos da CGU (2 edições), eventos de capacitação: Conexões Acadêmicas (5 edições) e Liderança Íntegra na prática (3 edições), internalização de publicações internacionais: Integrity Review (1 relatório) e Relatórios de organismos internacionais sobre integridade no Brasil (1 relatório).
1792850	CGU	Modelo de Maturidade Correcional 3.0.	Dez/25	Aplicar a metodologia do Modelo de Maturidade Correcional - CRGMM, versão 3.0, com a participação de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, visando auxiliar as unidades correiconais na identificação de seu nível de maturidade correcional, bem como orientar seus esforços na direção de uma melhor gestão e maior alcance de resultados no desempenho das atividades correcionais.
1792860	CGU	Projeto Incentivos.	Dez/25	Atualização e aperfeiçoamento do marco normativo do processo de negociação, celebração e acompanhamento dos acordos de leniência, incorporando novas formas de colaboração, e regras de transparência ativa.
1792828	CGU	Ferramenta automatizada para verificação das Licitações, Contratos e Editais - Robô Alice para estados e municípios.	Dez/25	Disponibilizar funcionalidade do Robô Alice (Analisador de Licitações, Contratos e Editais), adaptado e entregue para utilização dos entes federados (estados e municípios), de forma a contribuir com a análise contínua dos artefatos produzidos na licitação e possibilitar a identificação de inconsistências e fraudes em compras públicas.
1792733	CGU	Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada.	Dez/27	Fomentar o desenvolvimento e a aplicação homogênea da Lei Anticorrupção nos Estados e Municípios, por meio da ampliação da Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada e da disseminação de boas práticas e procedimentos. Incluem-se nas medidas a serem adotadas a criação e disponibilização de modelos relacionados à regulamentação da Lei Anticorrupção, cálculo de dosimetria de sanções, metodologias de negociação e celebração de acordos de leniência, avaliação de programas de integridade, inclusive no âmbito da Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos, e multiplicação dos apoiadores institucionais do Pacto Brasil.
1792734	CGU	PACTO BRASIL pela Integridade Empresarial.	Dez/27	Promover a integridade privada por meio de programa que incentive empresas a assumirem um compromisso público com a integridade empresarial. As entregas previstas são: - Estabelecimento conjunto de regras de funcionamento do Pacto Brasil (dez/2024). - Desenvolvimento de plataforma de adesão das empresas interessadas (dez/2024). - Desenvolvimento de plataforma de autoavaliação das empresas que aderirem ao Pacto (dez/2024). - Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para disseminação e ações de engajamento do Pacto Brasil (dez/2024).

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792889	CGU	Plano Setorial de Enfrentamento aos Assédios e à Discriminação.	Dez/26	Implantar, monitorar e avaliar o Plano Setorial da Controladoria-Geral da União de Enfrentamento aos Assédios Moral e Sexual e à Discriminação.
1792745	CGU	Aperfeiçoamento da política de transparência de agendas de compromissos públicos.	Dez/26	Aprimorar o sistema e-agendas, baseado em estudo da experiência do usuário (UX), a fim de torná-lo mais intuitivo para os usuários e apoiar na tempestividade e qualidade dos registros.
1792832	CGU	Atuação integrada para responsabilização de empresas e agentes (Efetividade).	Dez/26	O objetivo principal é fazer com que os relatórios de auditoria contribuam com o processo de responsabilização de empresas e agentes (Efetividade). Há a previsão de revisão de fluxos de trabalho, revisão de normativos e manuais, aperfeiçoamento de sistemas de informação e capacitações. Há ainda a previsão da construção de mecanismos que possibilitem o monitoramento e a verificação da contribuição dos relatórios de auditoria no processo de responsabilização de empresas e agentes.
1792812	CGU	Qualificação das informações públicas de Ouvidoria.	Dez/27	1. Remodelar a estrutura de dados do Painel de Ouvidorias, para a geração de informações agregadas que sirvam de material tanto para apoio aos servidores de ouvidoria responsáveis pelo recebimento, tratamento e elaboração de respostas às manifestações registradas pelos cidadãos no Fala.BR, quanto para o controle social quanto às manifestações de ouvidoria; e 2. Aprimorar o Painel de Ouvidorias para produzir indicadores que possam retratar, de forma real, as manifestações de ouvidorias que são encaminhadas pelo recebimento, tratamento e elaboração de respostas às manifestações registradas pelos cidadãos no Fala.BR.
1792923	CGU/MFAZ	Acordo de Cooperação Técnica RFB-CGU: combate ao enriquecimento ilícito de agentes públicos.	Dez/25	Colaborar no aprimoramento e desenvolvimento de práticas e métodos voltados à análise patrimonial de agentes públicos, nos termos fixados em Acordo de Cooperação Técnica a ser assinado entre RFB e CGU.
1792922	CGU/MJSP	Cooperação PF e CGU.	Dez/25	Estabelecer protocolos e estratégias para atuação proativa, coordenada e conjunta diante de cenários que indicam maior risco da prática de atos de corrupção ou desvio de recursos públicos, no âmbito do Grupo Integrado da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal de Enfrentamento aos Crimes de Corrupção e Desvio de Recursos Públicos no âmbito do Poder Executivo Federal (GIECCDRP).
1792760	MCID	Promoção de mecanismos de transparência e de controle para apoiar a ampliação dos investimentos em infraestrutura por meio de debêntures incentivadas/debêntures de infraestrutura no setor saneamento.	Dez/26	a) Promover maior divulgação do instrumento debêntures incentivadas/debêntures de infraestruturas para financiar planos de investimentos no setor de saneamento à luz da nova regulamentação do Decreto nº 11.964/2024. b) Elaborar e implementar plano para a transparência ativa dos dados relevantes acerca dos projetos aprovados, dos estágios de execução, bem como dos respectivos resultados alcançados com a execução dos projetos de investimento, contemplando periodicidade de atualização das informações e disponibilização de canais para solicitação de informações.
1792681	MDA	Aperfeiçoar os mecanismos de controle relativos à emissão e à manutenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).	Dez/25	Implementar, no Sistema Informatizado do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), rotinas automatizadas destinadas à verificação dos requisitos legais no momento do cadastro e periodicamente, ao longo da sua vigência. Tais rotinas serão operacionalizadas a partir da integração do Sistema com outras bases de dados do Governo Federal.
1792818	MDHC	Ampliação da transparência em Comissões, Conselhos e programas na temática de Direitos Humanos.	Dez/25	Promover a publicação atualizada das seguintes informações: - lista de Estados e Municípios com Comissões de Erradicação do Trabalho Escravo instituídas, com atualização mensal; - lista de Estados e Municípios com Conselhos de Promoção e Direitos da Pessoa com Deficiência instituídos, com atualização semestral; - lista de Estados e Municípios com Comitês Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua) instituídos, com

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
				atualização quadrimestral. - relatórios de síntese de dados do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), com atualização bimestral; - informações sobre os perfis da comunidade socioeducativa, incluindo profissionais e adolescentes, com atualização anual; - informações sobre a implementação do Programa, contemplando as parcerias celebradas, ações itinerantes periódicas da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos realizadas, relatório das comitivas do MDHC enviadas para o território, equipagem de Conselhos Tutelares, com atualização trimestral; e - registros de dados sobre violação de direitos humanos de crianças e adolescentes, as respectivas medidas protetivas e os documentos expedidos aos órgãos do sistema de garantia de direitos, que são fontes de dados e informações para a gestão da política pública, com atualização mensal. - lista organizada de informações sobre os processos de declaração de anistiados políticos, com atualização quadrimestral.
1792761	MDHC	Transparência às informações sobre as Emendas Parlamentares de responsabilidade do Ministério.	Dez/25	Publicar, semestralmente, informações sistematizadas sobre os autores das emendas, números das emendas, unidades responsáveis por analisar as propostas e as propostas cadastradas no Transferegov, bem como o valor de cada uma.
1792819	MDHC	Fortalecer e alimentar o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), plataforma que reúne informações e indicadores estratégicos sobre os grupos sociais e os temas prioritários do MDHC.	Dez/25	O ObservaDH tem como objetivo difundir e analisar informações estratégicas sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, fornecendo evidências para o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de defesa, promoção, proteção, educação e cultura em direitos humanos, nos níveis de governo federal, estadual e municipal e junto à sociedade civil. Pretende-se reunir indicadores inéditos sobre grupos vulnerabilizados, com base em evidências científicas, para que ObservaDH se torne o maior conjunto de dados sobre direitos humanos disponível no país para monitoramento e análise de políticas públicas.
1792820	MDHC	Reestruturar e aumentar a eficiência dos serviços da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH).	Dez/25	Revisar os protocolos de atendimento adotados pela ONDH, e reestruturar, aprimorar e expandir os canais de atendimento. Serão objeto dessas melhorias: - da Central de Atendimento do Disque Direitos Humanos – Disque 100; -sítio eletrônico na internet destinado ao recebimento de denúncias de violações de direitos humanos; - aplicativos para denúncias, informações e reclamações; - sistema de chat (atendimento humano ou bot), atendimento por aplicativos de mensagens e sistema de vídeo chamadas em Libras; - sistema informatizado e demais sistemas, canais e ferramentas eventualmente disponibilizados.
1792739	MDIC	Fortalecimento dos Programas de Integridade Privada.	Dez/25	Desenvolver e incentivar, em parceria com a CGU, a adoção de medidas de integridade na relação com o setor privado, com base nos parâmetros do Programa Empresa Pró Ética e do Pacto Brasil pela Integridade.
1792784	MDIC	Aprimoramento da transparência ativa no MDIC sobre o comércio exterior.	Dez/25	Fortalecer a publicidade de dados e informações da atuação do MDIC por meio da publicação de painéis contendo quantitativos, valores e tempos relacionados aos documentos de licenciamento de exportação.
1792664	MDS	Novos marcos fiscalizatórios para adesão de estados e municípios ao Programa Bolsa Família e CadÚnico.	Dez/25	Estabelecer novos marcos fiscalizatórios do PBF e do CadÚnico, junto aos entes federados, nos termos da LOAS, da Lei nº 14601/2023 e da Resolução CNAS nº 15/2014, por meio do fomento à elaboração de planos, contendo atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, a partir de construção de metodologia específica, fixando o compromisso dos gestores no Termo de Adesão, além de minutas construídas em conjunto pelos atores da Rede Federal de Fiscalização, em articulação com o CNAS, consultas públicas e demais instâncias de participação e controle social no âmbito da assistência social.
1792765	MEC	Transparência nos beneficiários do programa Pé de Meia.	Dez/25	Divulgar em Transparência Ativa no Portal da Transparência a relação dos estudantes contemplados com o incentivo financeiro-educacional.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792763	MEC	Definir mecanismos de gestão e de transparência para as ações voltadas à primeira infância.	Dez/25	Definir os papéis e as responsabilidades dos atores envolvidos em cada ação governamental intersetorial voltada à primeira infância e estabelecer mecanismos efetivos de comunicação que favoreçam a integração entre os ministérios envolvidos, o compartilhamento de informação e a sinergia dos trabalhos. Designar responsável pela coordenação das ações voltadas à primeira infância executadas pelo ministério e por suas unidades vinculadas. Instituir mecanismos de coleta sistemática de dados, monitoramento e avaliação periódica dos resultados para as ações governamentais voltadas à primeira infância que não possuem tais instrumentos. Divulgar em transparência ativa os resultados de todas as ações governamentais voltadas à primeira infância e o somatório dos recursos aplicados para sua execução.
1792764	MEC	Transparência da execução financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).	Dez/25	Divulgar em transparência ativa a execução financeira dos recursos transferidos por meio do PDDE, pelas respectivas entidades beneficiárias do programa.
1792837	MEC	Definir mecanismos de controle e de transparência para reduzir o risco de falsificações de diplomas de cursos técnicos de nível médio.	Dez/26	Propor ao CNE a regulamentação do retorno da emissão de código autenticador do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica? Sistec, oferecendo suporte técnico e esclarecimentos adicionais quando solicitados.
1792902	MEMP	Aprovação e implantação do Programa e Plano de Integridade.	Dez/25	Estruturar e implementar o Programa de Integridade do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alinhando-se às diretrizes da Política de Governança e do Sitai. O programa deve promover a prevenção, detecção e correção de atos ilícitos e desvios éticos, além de fomentar uma cultura de responsabilidade e transparência na gestão dos recursos públicos.
1792785	MESP	Canal de Transparência e Integridade do Esporte.	Dez/25	Criação do Canal de Transparência e Integridade do Esporte, em continuidade à transparência já oferecida pelo Portal da Transparência do Governo Federal, a fim de possibilitar ao cidadão a consulta do detalhamento de todas as políticas públicas a cargo do Ministério do Esporte, correlacionadas entre si, bem como das pessoas físicas e jurídicas, atletas e entidades esportivas atores e beneficiários dessas políticas, e dos resultados diretos dessas políticas para o cidadão, aprimorando o controle social, a prevenção e combate à corrupção e a promoção da integridade no Ministério do Esporte e, em última instância, na própria Administração Pública.
1792838	MFAZ	Criação de mecanismo de captação e integração dos dados relativos aos beneficiários finais.	Dez/25	Desenvolver mecanismo rápido e eficiente de captação das informações relativas a beneficiários finais, possibilitando sua integração, a massificação das consultas e o intercâmbio dos dados.
1792862	MFAZ	Fortalecimento do combate ao transporte transfronteiriço de valores ilícitos.	Dez/25	Desenvolver sistemática de análise das declarações de bens e valores apresentada para a RFB com vistas à detecção de indícios do cometimento de crimes financeiros.
1792750	MFAZ	Análise de Impedimentos de Conselheiros.	Dez/26	Criar ferramenta de análise de possíveis omissões de comunicação de impedimento em votações do CRSFN e do CRSNSP, para evitar o conflito de interesses.
1792696	MGI	Padronização da fiscalização do patrimônio da União.	Dez/25	Implementar o E-SPU Fiscalização – grupo nacional, para realização de análise dos recursos interpostos contra infrações administrativas praticadas em imóveis da União, contribuindo para a padronização de entendimentos jurídico-administrativos da SPU.
1792767	MGI	Aprimoramento da transparência de Notas Fiscais Eletrônicas em contratações públicas.	Dez/25	Promover evolução no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para acessar os dados das NF-e na RFB, de contratações públicas em âmbito federal, realizadas em todo o território nacional, conforme os ritos estabelecidos pela Lei 14.133/2021, de modo que seja possível disponibilizar informações não sigilosas no Portal. O PNCP contempla informações sobre as contratações públicas em âmbito nacional. Foi criado em agosto de 2021 para oferecer mais transparência sobre as contratações feitas pelos

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
				órgãos da União, dos estados e dos municípios, no Executivo, Legislativo ou Judiciário, conforme exigência da Lei nº 14.133. O PNCP é utilizado por fornecedores, agentes de contratação, gestores públicos, órgãos de controle e sociedade brasileira. A plataforma permite que cidadãos e organizações monitorem e fiscalizem o uso de recursos públicos.
1792839	MGI	Uso seguro da identidade digital Gov.br.	Dez/25	Aprimorar diversas funcionalidades de segurança da autenticação da Plataforma gov.br (Login Único), como revisão dos fluxos de aumento de nível de conta, validação em duas etapas, gestão de dispositivos, integração com novas bases de dados biométricas e evoluções no sistema de detectação de deepfake. Além dos aprimoramentos, implementar novas camadas de segurança como uso de WAF e sistema antifraude.
1792880	MGI	Fortalecimento do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com ênfase na melhoria da usabilidade e na eficácia do acompanhamento da implementação de políticas públicas federais.	Dez/25	Prover capacidade ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para atender todos os entes subnacionais brasileiros. O PNCP está sendo adequado para propiciar melhor usabilidade aos usuários. Além disto, o PNCP possibilitará que as plataformas integradas, incluindo o Compras.gov.br, enviem informações sobre a fonte dos recursos orçamentários por esfera, além de recursos oriundos de organismos internacionais.
1792667	MIDR	Programa de Gestão de Riscos Associados à Gestão de Instrumentos de Repasse do DOH.	Dez/26	Implantar programa de controle de riscos de todas as fases de gestão dos convênios e monitoramento de resultados da eficiência da transferência voluntária de recursos.
1792751	MIDR	Due diligence para fornecedores do MIDR.	Dez/25	Criar rotinas que insiram nos processos de contratações a aplicação de procedimentos de due diligence para os fornecedores, com a consequente análise de medidas de tratamento de conflito de interesses.
1792807	MIDR	Transparência em Parcerias Público-Privada, Concessões e Investimentos do MIDR.	Dez/25	Instituir plataforma única para divulgação em transparência ativa de projetos de Parcerias Público-Privadas ou Concessões, oriundos dos entes subnacionais e estruturados ou apoiados pelo MIDR, bem como da lista de empreendimentos do Ministério, a fim de incrementar o controle social e melhorar a gestão.
1792686	MINC	Aprimoramento do monitoramento dos projetos culturais do mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais da Lei Rouanet.	Dez/25	Aprimorar o monitoramento em tempo real para acompanhar a comprovação financeira dos projetos culturais apoiados pela Lei Rouanet, incorporando ao Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) mecanismos de varredura das contas bancárias abertas pelo MinC para gerir projetos e de comparação com as informações de comprovação registradas no sistema.
1792685	MINC	Qualificação da Plataforma Mapas Culturais para Gestão Federativa da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB.	Dez/25	Aprimorar a plataforma Mapas Culturais de modo a ofertar uma solução tecnológica que apoie a gestão do fomento cultural por entes estaduais e municipais.
1792697	MIR	Implementação do monitoramento e da avaliação de políticas públicas com perspectiva racial.	Dez/25	Instituir o Grupo de Trabalho Permanente de Monitoramento e Avaliação de Políticas no MIgualdade Racial (GTMAPIR)
1792788	MJSP	Dados abertos, inquéritos policiais.	Dez/25	Tornar transparente dados quantitativos e qualitativos das investigações da Polícia Federal por meio de publicação de painel de BI com informações de inquéritos policiais em andamento no Portal de Dados Abertos.
1792841	MJSP	Descapitalização qualificada	Dez/25	Criar procedimentos e protocolos de investigação patrimonial para a efetiva apuração do delito em todas as suas dimensões: autoria, materialidade e recuperação de ativos.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792752	MMA	Manual de Gestão de Licitações e Gestão de Contratos.	Dez/25	Uniformizar e normatizar internamente os atos que compõem o fluxo de contratação, gestão de contratos e fiscalização, visando orientar o comportamento dos servidores e gestores acerca dos procedimentos adequados para a interação com o Setor Privado. Estabelecer estratégias de comunicação para o alcance dos objetivos da ação.
1792808	MMA	Promoção de mecanismos de transparência e de controle gerencial sobre os processos de reparação de danos ambientais.	Dez/27	Adotar medidas visando validar informações processuais e inseridas em sistema de informações com o objetivo de reduzir risco de baixa confiabilidade de dados sobre os PRADs e das informações gerenciais necessárias para o monitoramento e avaliação dos processos.
1792668	MME	Melhorar os mecanismos de governança, revisar o Manual de Operacionalização do Programa e atuar, efetivamente, em parceria com a ENBPar.	Dez/26	Melhorar os mecanismos de governança, revisar o Manual de Operacionalização do Programa e atuar, efetivamente, na aplicação de penalidades (multas, glosas e outras).
1792789	MPA	Incremento da Transparência Ativa no Ministério da Pesca e Aquicultura	Dez/26	Criar painéis para disponibilizar, em transparência ativa, os seguintes dados: (1) informações do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueira Nacionais; (2) atas e resoluções do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape); (3) dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira; e (4) Painel da Aquicultura em Águas de Domínio da União, com informações sobre número de cessionários, produção efetiva das cessões de uso, reservatórios com capacidade de suporte esgotada, cessões por ente federativo, por modalidade, dentre outras.
1792669	MPO	Ampliar o número de políticas avaliadas no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP.	Dez/25	Aumentar o número de políticas públicas prioritárias que passaram por aperfeiçoamentos diretamente incentivados por achados e recomendações de avaliações realizadas em ciclos anuais.
1792770	MPO	Observatório de Planejamento - Modelo de Médio Prazo.	Dez/25	Criar painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chaves Nacionais e dos resultados dos 88 programas do PPA 2024-2027
1792772	MPO	Transparência do uso dos recursos públicos e demonstração do seu impacto para a sociedade.	Dez/25	Ampliar a divulgação de avaliações de políticas públicas realizadas pelo CMAP por meio de boletins e eventos, de forma a qualificar o debate público.
1792753	MRE	Implementação do e-Agendas para Chefes de Postos no Exterior.	Dez/25	Incluir os Chefes de Postos no e-Agendas, desenvolver capacitação e monitoramento da utilização do sistema e elaborar normativo para regulamentar o e-Agendas no âmbito do MRE
1792698	MS	Inovação para aprimorar a governança e otimizar o fluxo de participação de organizações sociais no Pronon e Pronas-PcD.	Dez/27	Desenvolver projeto inovador com foco nos desafios relacionados à governança e ao fluxo de participação das organizações sociais no âmbito dos programas estratégicos PRONON e PRONAS/PCD, instituídos pela Lei nº 12.715/2012. O projeto prevê a realização de ações como: mapeamento de entraves administrativos, criação de diretrizes e ferramentas para otimizar os processos de governança, capacitação das organizações sociais para amplia sua participação e eficiência, além da implementação de mecanismos tecnológicos que assegurem maior transparência e controle na execução das iniciativas.
1792804	MS	Integração entre as plataformas de disseminação de dados e informações em saúde.	.	Desenvolver ferramentas para integração dos fluxos de atualização das plataformas Tabnet, LocalizaSUS e Dados Abertos, o que colabora para um entendimento mais rápido e seguro do que é publicizado pelo Ministério da Saúde.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792791	MS	Painel de Monitoramento dos Programas de Provimento da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação à Saúde.	Dez/26	Aprimorar e desenvolver novos módulos do Painel de Monitoramento dos Programas de Provimento da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, contribuindo para o aperfeiçoamento das ações de transparência ativa do departamento.
1792688	MTE	Regulamentação e implementação do sistema de escrituração digital e FGTS Digital.	Dez/25	Regulamentar e implementar sistema de escrituração digital e FGTS Digital, contribuindo para o direcionamento de ações estratégicas e para a governança do fundo e permitindo o avanço da Auditoria Fiscal no sentido de aperfeiçoar e modernizar os processos de fiscalização e cobrança administrativa do FGTS, tornando-os mais ágeis, eficazes, eficientes e efetivos, mitigando inclusive o risco de prescrição.
1792809	MTE	Transparência ativa de ações fiscais de combate ao trabalho escravo.	Dez/25	Disponibilizar em transparência ativa informações relativas aos resultados das ações fiscais de combate ao trabalho escravo nos termos da Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR Nº 18 DE 13/09/2024, que atualizou as regras do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão. Passou-se a prever a existência de uma nova lista de divulgação ativa, que se refere a empregadores que, embora flagrados explorando trabalho análogo ao escravo, assumem perante a União, mediante Termo de Ajustamento de Conduta ou Acordo Judicial, compromissos robustos de saneamento, reparação e prevenção quanto à ocorrência do ilícito.
1792907	MTE	Fortalecimento no processo de combate a irregularidade e fraude no seguro-desemprego e abono salarial.	Dez/25	Aprimorar os normativos e manuais operacionais aplicáveis, bem como investir em capacitação dos agentes operacionais de modo a combater irregularidade e fraude na concessão dos benefícios. De forma mais específica serão executadas: 1.1. Publicar normativo tratando do credenciamento de agentes e de postos usuários dos sistemas operacionais do seguro-desemprego e do abono salarial, contemplando critérios e forma de acesso. 1.2. Capacitar, atualizar e publicar material de apoio para os agentes usuários do sistema operacional do seguro-desemprego e abono salarial, de forma sistemática; 1.3. Com base em avaliações internas e de órgãos de controle, aprimorar os mecanismos de controle para a validação dos registros de modo a robustecer o combate a fraudes se utilizando, por exemplo, de cruzamento de bases de dados governamentais para evitar o pagamento a pessoas com registro de falecimento, com vínculos em empresas inexistentes, com divergência d renda dentre outras inconsistências cadastrais.
1792699	MTE	Aprimoramento do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.	Dez/25	Desenvolver o módulo de segurança e medidas técnicas para garantir correção no envio de informações, identificação do informante e de sua autorização para envio das informações.
1792689	MTE	Fiscalização do processo de concessão de pagamento de benefícios trabalhistas.	Dez/25	Construir e implementar trilhas de auditorias automatizadas e de forma sistemática, com aprimoramento da análise de riscos no processo de concessão de pagamento mensal, com detecção de possíveis irregularidades na concessão do benefício do seguro-desemprego e do abono salarial de forma sistemática.
1792725	MTR	Rede de Integridade e Transparência dos Transportes.	Dez/25	Instituir a Rede de Integridade e Transparência dos Transportes, com o objetivo de promover a atuação colaborativa entre o Ministério dos Transportes e suas unidades vinculadas, DNIT, ANTT e Infra S.A. em temas como ética e análise de riscos à integridade; transparência, acesso à informação, participação social e diversidade; conformidade, controle e auditoria; e correição.
1792754	MTR	Fortalecimento da Prevenção ao Conflito de Interesses no Ministério dos Transportes.	Dez/25	1) Melhorar a efetividade das análises preliminares pelos órgãos no SeCI; 2) Disponibilizar novas ferramentas de prevenção; 3) Formatar e disponibilizar ações de capacitação sobre conflito de interesse; e 4) Realizar revisões normativas e uniformizar entendimentos e procedimentos de capacitação sobre conflito de interesses.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792792	MTR	Transparência dos processos.	Dez/25	Disponibilizar acesso à sociedade dos processos em tramitação no MT por meio do Sistema SEI, exceto os que têm caráter restrito por lei.
1792903	MTR	Elaboração do Plano de Integridade.	Dez/25	1) Elaborar, aprovar e publicar o Programa de Integridade do Ministério dos Transportes (MT), o qual define diretrizes para todas as vinculadas; 2) Estabelecer plano de ação para a implementação do Plano de Integridade no MT; 3) Instituir sistemática de monitoramento, avaliação e comunicação periódica dos resultados do Plano de Integridade do MT; e 4) Realizar oficinas periódicas do processo de gestão de riscos de integridade no MT.
1792724	MTR	Diretrizes para a promoção da integridade nas relações entre o Ministério dos Transportes e o setor privado.	Dez/25	Desenvolver e incentivar, em parceria com a CGU, a adoção de medidas de integridade, em especial no âmbito dos contratos administrativos firmados pelo Ministério dos Transportes e suas entidades vinculadas com empresas privadas, com destaque para o fomento ao Programa Nacional de Promoção da Integridade Privada, ao Programa Empresa Pró-Ética; e ao Pacto Brasil.
1792910	MTR	Transparência Pública.	Dez/25	Fortalecer e ampliar a transparência de dados, fluxos e resultados de processos no âmbito do Ministério dos Transportes, por meio de ações tais como: (i) Aprimorar os painéis e indicadores de execução orçamentária e financeira, para divulgação do Portal em linguagem cidadã e estabelecer sistemática para o seu monitoramento e atualização; (ii) Elaborar e publicar Portaria disciplinando, no âmbito do Ministério dos Transportes, a Política de Transparência e Acesso à Informação, com enfoque na Transparência Ativa, Passiva e Abertura de Dados.
1792700	MTUR	Redução dos trâmites burocráticos e aumento da eficiência.	Dez/25	Propor soluções customizadas e transversais, construídas em conjunto com as áreas técnicas e as áreas de apoio à governança, objetivando a simplificação dos procedimentos administrativos, principalmente no que tange ao tratamento das demandas que tramitam por diversas áreas até chegar à principal unidade respondente. A redução dos trâmites, com o redesenho do processo de tratamento de demandas permitirá o aumento da eficiência e do tempo de resposta.
1792679	MTUR	Aperfeiçoamento dos instrumentos de repasse de recursos.	Dez/25	Providenciar Portaria Normativa, fluxograma, checklist e dashboard do status dos convênios desde a negociação até a prestação de contas, com vista a que todas as etapas do processo sejam devidamente gerenciadas e cumpridas de forma a se evitar a ocorrência de prescrição intercorrente.
1792773	MTUR	Transparência Ativa de Instrumentos de Repasse de Recursos no MTUR.	Dez/25	Providenciar, em articulação com as áreas responsáveis, informações atualizadas e com maior detalhamento nas páginas da INTRA e da INTERNET do Mtur, sobre ações, programas, projetos, convênios e outros instrumentos de repasse celebrados pelo Ministério e operações do Fundo Geral de Turismo - Fungetur.
1792848	MTUR	Mapa de calor das irregularidades e riscos do Ministério do Turismo.	Dez/25	Criar dashboard de acesso restrito a servidores contendo mapa de calor de irregularidades e riscos, que possa nortear ações preventivas e corretivas das diversas unidades do Ministério do Turismo, incluindo programas contínuos de capacitação dos servidores, assim como orientações específicas sobre os temas com maior ocorrência nas Unidades.
1792919	SECOM/PR	Aprimoramento da Transparência em Recursos e Pagamentos Públicos em obras identificadas pela marca do Governo Federal.	Dez/25	Alterar Instrução Normativa SECOM/PR nº 5, de 26 de fevereiro de 2024, para incluir a obrigatoriedade de QR Codes em placas, painéis ou outdoors de obras, com acesso direto a dados sobre o contrato, convênio ou instrumento de transferência de recursos financeiros, facilitando que os cidadãos acompanhem a execução direta ou indireta dos projetos e garantindo maior transparência no uso dos recursos públicos em obras identificadas pela marca do Governo Federal.
1792726	SG/PR	Formalização de parcerias e cooperação para execução de ações do Programa de Participação Social.	Dez/26	Elaborar e publicar Termos de Referência para orientar a elaboração de planos de trabalho de instrumentos a serem formalizados (Termo de Execução Descentralizada, Termo de Colaboração, Projeto de Cooperação Técnica Internacional, Acordo de Cooperação Técnica e Ressarcimento de Despesas) para a execução das ações de Participação Social com foco em educação popular nos territórios.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792826	SG/PR	Instituição de Fóruns de Participação Social.	Dez/25	Instituir os Fóruns de Participação Social, com objetivo de ampliar o engajamento da sociedade civil em políticas públicas e programas do governo federal, com vistas à descentralização da participação, promovendo a inclusão de comunidades locais em diferentes regiões e fortalecendo a integração da sociedade civil nos processos decisórios, conforme a Portaria SGPR nº 188/2024.
1792728	SG/PR	Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC).	Dez/25	Disponibilizar e atualizar regularmente os dados abertos sobre as organizações da sociedade civil no Mapa das OSC, promovendo transparência e facilitando o acesso a informações essenciais para a gestão pública e para o fortalecimento das parcerias com a sociedade civil.
1792793	SG/PR	Elaboração do Plano de Dados Abertos da Presidência da República 2025-2027.	Dez/25	Aumentar os níveis de transparência ativa nos sites oficiais da Secretaria-Geral da Presidência da República e disponibilizar as bases de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, promovendo o acesso a informações governamentais para estimular a inovação, a participação cidadã e auxiliar no processo de tomada de decisões.
1792825	SG/PR	Monitoramento do PPA Participativo 2024 – 2027.	Dez/25	Apresentar anualmente o monitoramento do PPA Participativo no Forúm Interconselhos, promovendo a transparência e o engajamento da sociedade civil no acompanhamento das ações e resultados previstos no plano.
1792823	SG/PR	Retomada da atuação do Fórum Interconselhos para a Participação Social em Políticas Públicas.	Dez/25	Realizar reuniões semestrais do Fórum Interconselhos, a partir de 2025, para promover o diálogo e a integração entre os diversos setores, e, assim, possibilitar o debate e a proposição de diretrizes transversais para a atuação em políticas públicas federais, monitoramento do Plano Plurianual (PPA), além de acompanhamento do Plano Clima, e G20 Social.